



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE



**ENTRE A “MALHADA E O PARQUE”: UMA ANÁLISE SOBRE O POVOADO BOM
JARDIM E O PARQUE NACIONAL SERRA DE ITABAIANA-SE**

Autor: Claydivan Wesley dos Santos Souza

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Alário Ennes

**Fevereiro de 2014
São Cristóvão – Sergipe
Brasil**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE**

**ENTRE A “MALHADA E O PARQUE”: UMA ANÁLISE SOBRE O POVOADO BOM
JARDIM E O PARQUE NACIONAL SERRA DE ITABAIANA-SE**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Núcleo de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal de Sergipe, como parte dos requisitos exigidos para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente.

Autor: Claydivan Wesley dos Santos Souza.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Alário Ennes.

Fevereiro de 2014
São Cristóvão – Sergipe
Brasil

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

S729e Souza, Claydivan Wesley dos Santos
Entre a “malhada e o parque”: uma análise sobre o Povoado Bom Jardim e o Parque Nacional Serra de Itabaiana-SE / Claydivan Wesley dos Santos Souza ; orientador Marcelo Alário Ennes. – São Cristóvão, 2014.
80f. : il.

Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) - Universidade Federal de Sergipe, 2014.

1. Meio ambiente. 2. Recursos naturais - Conservação. 3. Parque Nacional da Serra de Itabaiana (SE). I. Ennes, Marcelo Alário, orient. II. Título.

CDU 502.15(813.7Itabaiana)

CLAYDIVAN WESLEY DOS SANTOS SOUZA

**ENTRE A “MALHADA E O PARQUE”: UMA ANÁLISE SOBRE O POVOADO
BOM JARDIM E O PARQUE NACIONAL SERRA DE ITABAIANA-SE**

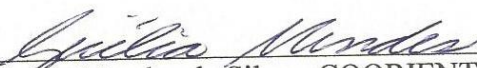
Dissertação apresentada como requisito
parcial para a obtenção do título de
Mestre, no Programa de Pós-Graduação
em Desenvolvimento e Meio Ambiente
da Universidade Federal de Sergipe.

Aracaju, 25 de fevereiro de 2014.

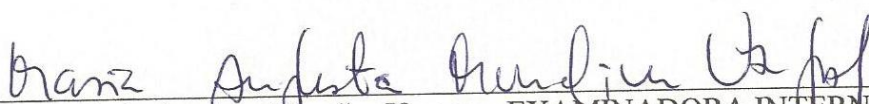
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Marcelo Alário Ennes - ORIENTADOR
Universidade Federal de Sergipe



Prof. Drª. Gisélia Mendes da Silva - COORIENTADORA
Universidade Federal de Sergipe



Prof. Drª. Maria Augusta Mundim Vargas – EXAMINADORA INTERNA
Universidade Federal de Sergipe – PRODEMA/UFS



Prof. Dr. Genésio José dos Santos
Universidade Federal de Sergipe – DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA/UFS

Fevereiro de 2014
São Cristóvão – Sergipe
Brasil

Este exemplar corresponde à versão final da dissertação de Mestrado em Desenvolvimento e Meio ambiente concluído no Programa de Pós-Graduação PRODEMA da Universidade Federal de Sergipe (UFS).

Prof. Dr. Marcelo Aláριο Ennes - ORIENTADOR
Universidade Federal de Sergipe

Prof. Dr^a. Gicélia Mendes da Silva - COORIENTADORA
Universidade Federal de Sergipe

*Este trabalho é dedicado a “Seu
Lauro” pela simplicidade,
sabedoria e, sobretudo, por ter
sido numa família de tantos
mestres, o maior de todos (in
memoriam).*

AGRADECIMENTOS

Ao Profº Dr. Marcelo Ennes, por ter me conduzido nessa árdua caminhada. Foi um tempo, circunstancial, de muito amadurecimento.

À Profª Drª Gicélia Mendes da Silva, pessoa muito solícita e gentil.

À minha numerosa família. Em especial minha mãe (Dona Moça) que tanto se realiza com as vitórias de seus filhos. Aos irmãos Frei Mário Sérgio (irmão e padrinho); Laurimar (meu compadre); Luis Fernando (companheiro de longas e prazerosas conversas “filosóficas”) e às minhas irmãs Karla e Lisiany, por fazerem de nossa casa um ambiente alegre e agradável de morar. Muito obrigado por me suportarem!

À Míria, minha grande companheira, eterna gratidão! Sou muito feliz pelo carinho e dedicação de todos esses anos (sem o seu apoio este trabalho dificilmente seria concluído).

Aos profissionais (servidores e terceirizados) do núcleo de pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da UFS pela dedicação, zelo e coerência.

Aos amigos e amigas de mestrado – Sandro, Edilson, Pedro, Francisco, Ricardo, Pipoca, Eduardo Pina, Wallace, Vinícius, Elaine, Luanne, Andreia Vaz, Marta e Manu – pelas trocas acadêmicas, conversas jogadas fora e por partilharem as mesmas angústias que eu nesses últimos dois anos.

Aos companheiros do GEPPIP – Alisson, Eduardo, Alessandra, Eris, Messias e Leonice – pela solidariedade mútua.

Aos gestores do Parque Nacional Serra de Itabaiana – Marleno e Edilson – pela disponibilidade e atenção.

E por fim, a todos os moradores do Povoado Bom Jardins aqui representados por Carlinhos de Liro e Eduilson. Sou muito grato pela acolhida não apenas no povoado, mas no seio da família. Essa pesquisa é mais de vocês do que propriamente minha!

RESUMO

Diante de uma avassaladora crise ambiental, na sociedade contemporânea, faz-se necessário entender as modificações ocorridas na maneira de produzir as concepções sobre o ambiente, bem como, na maneira de utilizar os recursos naturais. O objetivo geral deste trabalho foi o de analisar as alterações socioambientais ocorridas no povoado Bom Jardim após a institucionalização do Parque Nacional Serra de Itabaiana. A área de estudo foi o povoado Bom Jardim, localizado em Itabaiana, distante cerca de 9 km da sede do município e o Parque Nacional Serra de Itabaiana-PARNASI, institucionalizado em 2005 e inserido nos municípios de Areia Branca, Itabaiana, Itaporanga D`ajuda, Laranjeiras e Campo do Brito. Utilizando o método qualitativo com a ancoragem da etnografia foram analisadas as principais representações da comunidade do Bom Jardim sobre a Serra de Itabaiana, considerando que a preservação ambiental não é um problema apenas ecológico, mas, sobretudo social, bem como, investigou-se o cotidiano dos agricultores do Bom Jardim, através da compreensão do trabalho na “malhada”. Deste modo, foi possível concluir que enquanto não há cercas, fiscalizações regulares, nem a aproximação real entre a gestão do PARNASI com a comunidade, são as malhadas que asseguram a sobrevivência familiar no Bom Jardim, embora, os atores sociais que estão “entre a malhada e o parque” não sejam visualizados no âmbito das políticas públicas ambientais.

PALAVRAS-CHAVE: Interculturalidade, cotidiano, áreas protegidas, comunidades rurais.

ABSTRACT

Face of overwhelming environmental crisis in contemporary society, it is necessary to understand the changes occurring in the way of producing conceptions of the environment as well, in the way of using natural resources. The aim of this study was to analyze the socio-environmental changes in the Bom Jardim community after the institutionalization of Parque Nacional Serra de Itabaiana. The study area was Bom Jardim community, located in Itabaiana, distant about 9 km from the town and the Parque Nacional Serra de Itabaiana - PARNASI, institutionalized in 2005 and entered the cities of Areia Branca, Itabaiana, Itaporanga D'Ajuda, Laranjeiras and Campo do Brito. Using the qualitative method with the anchoring of ethnography analyzing the main representations of the Bom Jardim community on Sierra Itabaiana, considering that environmental conservation is not the only ecological, but especially social problem as well, we investigated the everyday of farmers in Bom Jardim, by understanding the work in the spotted. Thus, it was concluded that while there are no fences, regular inspections, and actual rapprochement between management PARNASI with the community, are the tents that ensure family survival in Bom Jardim, though, the social actors who are between "malhada" and park not be viewed in the context of environmental public policies.

KEYWORDS: Interculturalism, everyday, protected areas, rural communities.

Sumário

AGRADECIMENTOS	v
RESUMO	vi
ABSTRACT	vii
INTRODUÇÃO.....	1
Capítulo 1 - A Questão Ambiental e a Interculturalidade na Sociedade Contemporânea.....	4
1.1 - Concepções sobre cultura e identidade	4
1.2 - A interculturalidade em questão.....	7
1.3 - A questão ambiental como desafio intercultural	11
1.4 - O Parque Nacional Serra de Itabaiana-Sergipe	14
Capítulo 2 – Procedimentos metodológicos	18
2.1 - Caracterização da área de estudo	18
2.2 - O Método	21
2.3 - A construção dos procedimentos de coleta de dados	23
2.3.1- A pesquisa bibliográfica e documental	23
2.3.2 – Familiarizar-se com o campo	24
2.3.3 – As observações	26
2.3.4 – O diário de campo.....	29
2.3.5 - As entrevistas	30
2.3.6 – Registro fotográfico.....	31
2.4 - A análise dos dados	32
Capítulo 3 – O Bom Jardim da Serra de Itabaiana	34
3.1 - A Importância de Itabaiana no contexto sergipano	34
3.2 - O Bom Jardim	37
3.3 - A religiosidade no Bom Jardim.....	40
3.4 - A Serra e o Bom Jardim	43
3.4.1 - Serra Preciosa: fonte de água	43
3.4.2 - A construção do imaginário sobre a Serra de Itabaiana	47
3.5 - Breves considerações	48
Capítulo 4 – Ambiente e Sociedade: O Parque Nacional Serra de Itabaiana em debate.....	50
4.1 - O fim da natureza e a tentativa de proteção ambiental	50
4.2 - Uma nova proposta ambiental?	52
4.2.1 - As expectativas e as frustrações da comunidade do Bom Jardim em relação à implementação do PARNASI.....	54
4.3 - O Parque Nacional foi criado?	55
4.3.1 - A leitura da gestão do PARNASI sobre o impacto ambiental produzido nas comunidades.....	55
4.3.2 - A necessidade de uma compreensão sociológica das questões ambientais	57
4.4 – O encontro desejado: a construção do plano de manejo do Parque Nacional Serra de Itabaiana.....	58
4.5 - Breves Considerações	61
Capítulo 5 – Entre a Malhada e a Serra	62
5.1 – O cotidiano no Bom Jardim.....	62
5.2 - As “malhadas” do Bom Jardim	66

5.2.1 - O “neguciar” na feira de Itabaiana	70
5.3 - As “cercas invisíveis”	72
5.4 - Breves Considerações	73
Capítulo 6 - Considerações Finais	74
REFERÊNCIAS	78

TABELA DE SIGLAS

DESO – Departamento de Saneamento de Sergipe

FLONA – Floresta Nacional

GEPPIP – Grupo de estudos e Pesquisa, Processos Identitários e Poder

IBAMA – Instituto Brasileiro do meio ambiente

ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

PARNASI – Parque Nacional Serra de Itabaiana

PRODEMA – Programa de Desenvolvimento e Meio Ambiente

SEMARH – Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos

SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação

UC – Unidade de Conservação

UFS – Universidade Federal de Sergipe

LISTA DE FIGURAS

Figura 01: Localização do Parque Nacional Serra de Itabaiana-SE

Figura 02: Alojamento do pesquisador no Pov. Bom Jardim.

Figura 03: Observações do pesquisador no Pov. Bom Jardim e no PARNASI.

Figura 04: Vista do Pov. Bom Jardim da Serra de Itabaiana.

Figura 05: Nascentes na Serra de Itabaiana e represa no Bom jardim.

Figura 06: Rotina diária na agricultura dos moradores do Bom Jardim

Figura 07: Manejo de animais no Bom Jardim.

Figura 08: As malhadas do Bom Jardim

Figura 09: Cultivo de roças

LISTA DE TABELAS

Tabela 01: Nível de escolaridade no Bom Jardim.

Tabela 02: Participação da comunidade do Bom Jardim no processo de implantação do PARNASI.

Tabela 03: Tipo de participação dos moradores do Bom Jardim que estiveram presentes no processo de implantação do PARNASI.

Tabela 04: Avaliação dos moradores do Bom Jardim sobre as alterações decorrentes da implantação do PARNASI.

Tabela 05: Ocupações no pov. Bom Jardim.

Tabela 06: Principais produtos cultivados no Bom Jardim.

INTRODUÇÃO

Esta dissertação tem por objetivo geral analisar as alterações socioambientais ocorridas no povoado Bom Jardim após a institucionalização do Parque Nacional Serra de Itabaiana.

Entende-se por alterações socioambientais as mudanças na maneira de produzir concepções sobre o ambiente, bem como, na maneira de utilizar os recursos naturais. Deste modo, tenta-se entender os elos construídos entre a comunidade do Bom Jardim e a Serra de Itabaiana e a posterior relação com o parque nacional implantado.

A área de estudo compreende o povoado Bom Jardim e o Parque Nacional Serra de Itabaiana-PARNASI. O Bom Jardim está localizado em Itabaiana, distante cerca de 9 km da sede do município e está fincado na costa oeste da Serra de Itabaiana, enquanto o PARNASI, institucionalizado em 2005, está inserido nos municípios de Areia Branca, Itabaiana, Itaporanga D`ajuda, Laranjeiras e Campo do Brito.

Para alcançar o objetivo geral proposto, foi necessário, traçar objetivos específicos, quais sejam: Compreender a relação entre a comunidade do Bom Jardim e a Serra de Itabaiana; Evidenciar o entendimento da comunidade do Bom Jardim sobre a implantação do PARNASI; Conhecer a maneira de utilização dos recursos naturais pela comunidade do Bom Jardim após a implantação do PARNASI.

No presente trabalho, investigou-se o universo da comunidade do Bom jardim, sem, contudo, criar uma visão romântica de comunitários vivendo em perfeita harmonia, perturbada agora por uma unidade de conservação ambiental, bem como, sem se apegar a ideia de que o interesse e a proteção da biodiversidade são sempre preferíveis em detrimento da convivência humana.

Não obstante, não foram desprezadas as relações de poder inerentes ao jogo societário em que estão dispostas as disputas e o controle pela dominação, em especial no estudo, da esfera ambiental. Assim, a legitimidade das demandas ambientais não se processa pela neutralidade das questões ambientais, mas pela diversidade dos interesses e relações de poder envolvidos.

Foi necessário também estabelecer o pressuposto de que a relação entre ambiente e sociedade é indissociável. Pois, de acordo com Leff (2010) a questão ambiental é uma problemática eminentemente social: esta foi gerada e está atravessada por um conjunto de processos sociais.

A questão central e norteadora que os capítulos desta dissertação tentam responder é: quais foram às alterações na produção das representações sobre o ambiente e na maneira de utilização dos recursos naturais sofridos pela comunidade do Bom Jardim durante esses oito de anos de implantação do PARNASI?

O primeiro capítulo, do presente estudo, apresenta o referencial teórico. Ao invés de trilhar um caminho já consolidado, das análises prontas e definidoras das características essencializadas da cultura dos grupos sociais, são expostas novas direções, sobretudo, da ligação entre sociedade, cultura e identidade de acordo com Hall (2002; 2003) e Giddens (1991; 2002). Aliada a uma nova vertente dos estudos culturais; em especial nas teorias de Canclini (1983; 2000; 2003); ao considerar os espaços não como áreas delimitadas e homogêneas, mas espaços de interação em que as identidades e os sentimentos de pertencimento se misturam, sem, contudo, deixar de se ater as relações de poder, Bourdieu (2007). Essa ancoragem permite interpretar em outros termos a relação entre áreas protegidas e populações Ennes (2007; 2009).

O segundo capítulo de cunho metodológico faz uma ampla caracterização da área de estudo, justifica a escolha do método qualitativo, definindo-o e especificando a abordagem etnográfica. Os procedimentos de coleta de dados foram descritos com ricos detalhes sobre as características dos informantes, dos ambientes, dos desafios enfrentados e dos períodos de cada procedimento, quais foram: pesquisa bibliográfica e documental, observações diretas, diário de campo, entrevistas profundas e o registro fotográfico. Por fim, neste capítulo a análise dos dados reúne a sistematização dos procedimentos com o intuito de analisar e redigir a dissertação.

O terceiro capítulo centra-se na análise sobre as principais representações da comunidade do Bom Jardim sobre a Serra de Itabaiana, embora não seja uma tarefa fácil, pois envolve um contexto muito complexo, foram investigados os elementos formadores da convivência e integração social comunitária.

O quarto capítulo, faz uma revisão do processo de implantação do PARNASI associado ao entendimento que a comunidade do Bom Jardim teve do mesmo, uma vez que, a referida comunidade faz parte da área de entorno do parque. O intuito do capítulo é o de expor o emblema entre ambiente e sociedade em unidades de conservação, considerando que a preservação ambiental não é um problema apenas ecológico.

O quinto capítulo começa com a descrição do cotidiano dos agricultores do Bom Jardim, atividade econômica expressiva e intimamente relacionada aos recursos naturais do

parque nacional. A compreensão do trabalho na “malhada”, a principal área cultivável no Bom Jardim, sem dúvida, foi de fundamental importância, pois as observações detalhadas dos usos e significados foram primordiais na análise sobre as alterações socioambientais sofridas pela comunidade.

Por último, o sexto capítulo, das considerações finais, expressa a captação do pesquisador das representações produzidas pela serra de Itabaiana e a ligação com a comunidade do Bom Jardim, foram expressas expectativas de mudança diferenciadas com a implantação do PARNASI, postos também na morosidade de planejamento das ações da UC, mas com perspectivas de estratégias positivas para a relação entre ambiente e sociedade.

O trabalho científico realizado foi indissociável da realidade vivenciada no Bom Jardim. Portanto, só conhecendo diariamente o cotidiano local poderia se enxergar as importantes alterações socioambientais invisíveis às rápidas visitas de reconhecimento e fiscalização da área pelos órgãos ambientais competentes.

Capítulo 1 - A Questão Ambiental e a Interculturalidade na Sociedade Contemporânea

*Tiro bicho de pé com canivete
mas já tô na internet
nóis é jeca mais é jóia!*

Juraíldes da Cruz, *Nóis é Jeca mais é Jóia.*

1.1 - Concepções sobre cultura e identidade

Cultura e identidade são concebidas como um par de conceitos, senão inseparáveis, sempre interligados. Contudo, comumente, a identidade foi pensada enquanto características definidoras dos indivíduos e grupos, postos em uma cultura pura e única. (ENNES, 2007).

O surgimento de diferentes linhas investigativas sobre as temáticas vem suscitando novas questões, principalmente no tocante a cultura como elemento preeminentemente dinâmico e a identidade enquanto um constante processo.

Com o reconhecimento de que a composição do sujeito é historicamente construída, na sociedade moderna, emergiram novas formas de agir, pensar e sentir, levando o indivíduo a refletir se é sensato pensar na identidade ou em processos de identificação, uma vez que, o indivíduo vem se descentrado da ancoragem de sua vida social.

Giddens (2002) ressalta que as instituições modernas diferem de todas as formas anteriores de ordem social quanto ao seu dinamismo, ao grau em que interferem nos hábitos e costumes tradicionais, em seu impacto global alterando radicalmente a natureza da vida social cotidiana e afetando os aspectos pessoais da existência humana.

As ciências sociais, ciências que emergiram com a modernidade, ciências da modernidade, tem um ramo científico dedicado ao estudo do homem, da cultura humana, da identidade cultural humana, a antropologia, entretanto, outras abordagens dentro das ciências sociais e também nas mais diversas áreas do conhecimento foram suscitadas, sobretudo, pelos significados e múltiplos usos atribuídos aos mesmos.

Os pensadores do Iluminismo conceberam a cultura como um caráter distintivo da espécie humana, a cultura para eles, é a soma dos saberes acumulados e transmitidos pela humanidade, considerada como totalidade, no século XVIII a cultura é sempre empregada no singular, o que reflete o universalismo e o humanismo dos filósofos (CUCHE, 2002).

O sujeito do Iluminismo era uma pessoa humana dotada de capacidades de razão, cujo centro emergia desde o nascimento e continuava idêntico ao longo da existência do indivíduo, nasce uma nova forma de individualismo, nasce o sujeito “soberano” (HALL, 2002).

Bem como, a cultura era considerada enquanto um conjunto singular de características humanas, o homem “soberano”, foi uma das concepções mais enraizadas sobre cultura e identidade, formando o indivíduo fixo, durante toda a sua vida, a sua essência.

No final do século XVIII “Cultura” estava muito mais próxima de uma palavra que ganhará forte repercussão no contexto francês: “civilização” também empregada no singular, significando o processo que arranca a humanidade da ignorância. O uso dos vocábulos cultura e civilização marcam uma nova concepção dessacralizada da história, a partir de então o homem está colocado no centro da reflexão e no centro do universo. Aparece a possibilidade de uma ciência do homem. (CUCHE, 2002).

Dessa forma, a natureza humana não é exatamente o mesmo que uma plantação de beterrabas e a palavra cultura nos transfere do natural para o espiritual, ainda que sugira uma afinidade entre eles. (EAGLETON, 2011).

O homem, desgarrado da natureza e superior por seu aparato cultural, agora tudo pode, pois descobriu os desígnios naturais e os dominou.

Canclini (2009) enfatiza que a definição de cultura, mesmo sendo simples e extensa como tudo aquilo que não é natureza, serviu para distinguir o cultural do biológico ou genético e superar formas primárias de etnocentrismo, ajudando a admitir como cultura o que foi criado por todos os homens e em todos os tempos. Assim, toda sociedade tem cultura, ou como diria Morin (1975) não existe homem sem cultura, essa é a sua concepção natural.

A cultura em cisão com a natureza, e essência humana, se coaduna com o que Hall (2002) define como sujeito sociológico, sujeito que tem a sua identidade formada na interação entre o eu e a sociedade, portador de uma identidade que costura o sujeito à estrutura, estabilizadora tanto dos sujeitos quanto dos mundos culturais que ele habita, tornando ambos reciprocamente mais unificados. À medida que as sociedades modernas se tornaram mais complexas, elas adquiriram uma forma mais coletiva e social de representar o sujeito.

Nesse sentido, o sujeito ainda tem uma essência interior, mas a identidade é formada e modificada em um diálogo contínuo com os mundos culturais exteriores. As culturas nacionais constituíram as principais fontes de identidade cultural, ou seja, da representação cultural ao produzirem sentidos que influenciam e organizam tanto às ações quanto a concepção sobre o indivíduo. (HALL, 2002).

Observa-se que o sujeito do iluminismo e o sujeito sociológico, embora se componham distintamente, são sujeitos centrados em sua identidade. Contudo contemporaneamente, o sujeito está se tornando fragmentado composto não de uma, mas de várias identidades, como resultado de mudanças estruturais e institucionais (HALL, 2002). A identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente agora é uma fantasia.

E continuamos o processo de mudança, exposto na modernidade, embora não uma evolução linear:

“Em vez de estarmos entrando num período de pós-modernidade, estamos alcançando um período em que as consequências da modernidade estão se tornando mais radicalizadas e universalizadas do que antes”. (GIDDENS, 1991, p. 12).

A pós-modernidade é um período marcado por fragmentações e instabilidade das instituições que serviam como referência aos indivíduos em sociedade. Nesse novo momento, há uma ruptura mais contundente com as formas de identidades de períodos históricos anteriores, bem como, com a concepção de cultura universal, estável e definida.

Canclini (1983) enfatiza que a cultura representa um conjunto de práticas e instituições dedicadas à administração, renovação e reestruturação do sentido. O sentido é relacionado a uma identificação simbólica, com a finalidade da ação praticada pelo indivíduo.

É bem verdade que nessa concepção de cultura é perceptível a forte influência dos estudos originários do antropólogo Clifford Geertz (1926- 2006), o qual enfatiza a cultura como formada em um contexto, um fenômeno social, cuja gênese, manutenção e transmissão estão a cargo dos atores sociais e os seus símbolos podem ser inteligíveis por uma descrição densa.

O conceito de cultura defendido é essencialmente semiótico, acreditando que o homem é um animal amarrado a teias de significado que ele mesmo teceu, assim, a cultura é tecida por teias e a sua análise é realizada quando interpretada pela procura do significado. (GEERTZ, 1978).

Não obstante, inaugurando uma nova linha sobre os estudos culturais autores como Ralph Linton (1893-1953) que compunha, segundo Cuche (2002) a denominada Escola “cultura e personalidade” apresenta a personalidade básica determinada pela cultura à qual o individuo pertence, contudo, nenhum individuo tem o conhecimento completo de sua cultura, pois a existência de diversos sistemas de valores não é possível ser apreendida em sua totalidade pela personalidade.

Em uma outra análise sobre cultura, segundo Canclini (2009), Bourdieu desenvolveu a diferença entre cultura e sociedade ao demonstrar que a sociedade está estruturada em dois tipos de relações: as de força e as relações de sentido, as quais organizam a vida social, ou seja, constituem a cultura.

Dito desta maneira a cultura abarca o conjunto de processos sociais de significação da vida social, embora carregue em seu bojo relações de poder, nem sempre aparentes, o poder simbólico:

...É um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem gnosiológica, ou seja, o sentido do mundo supõe um conformismo lógico, uma concepção homogênea que torna possível a concordância entre as inteligências, onde os símbolos são instrumentos de integração social. Enquanto instrumentos de conhecimento e comunicação eles tornam possível o consenso acerca do sentido do mundo social que contribui fundamentalmente para a reprodução da ordem social. (BOURDIEU, 2007, p.29).

É preciso estar atento, pois o poder simbólico tende a mascarar a especificidade da cultura, concebida não como um todo homogêneo, mas como relações de sentido.

Diante do exposto, faz-se necessário enfatizar que o percurso teórico desenvolvido até aqui foi relevante para compreensão de novos rumos para os estudos sobre cultura e identidade.

Ennes (2007) com base em posições teóricas de autores como Hall (2002); Castells (2000); Canclini (2000) entende a identidade relacionada à ideia de processo, ou seja, como algo em movimento e em construção, algo que não está dado e acabado, não é imanente ao seu portador, pois é uma construção que ocorre por meio de inter-relações e não pode ser pensada como um atributo isolado e independente de sujeitos individuais ou coletivos.

Neste íterim, as condições de vida na contemporaneidade têm interferido decisivamente na alteração dos processos de significação do mundo produzidos pelos indivíduos. Bem como, os espaços não são áreas delimitadas e homogêneas, mas espaços de interação em que as identidades e os sentimentos de pertencimento se misturam. (CANCLINI, 2003).

1.2 - A interculturalidade em questão.

Como chegamos até aqui? Até esses espaços de interação em que as identidades e os sentimentos se misturam? Há algum ramo específico da ciência que dê conta de entender, explicar e interpretar esse novo contexto? Essas perguntas talvez não encontrem respostas

definitivas, nem é o nosso intuito. Contudo, refletir sobre elas nos permite prosseguir no aprofundamento dos estudos.

A globalização é relacionada como um dos aspectos mais atuantes nesse processo:

Em toda parte, estão emergindo identidades culturais, que não são fixas, mas que estão suspensas, em transição, em diferentes posições, que retiram os seus recursos, ao mesmo tempo, de diferentes tradições culturais, e que esse são o produto desse cruzamento e misturas culturais que são cada vez mais comuns num mundo globalizado. (HALL, 2002, p.14).

Se a cultura não é estática e a identidade está sempre em movimento é por que a sociedade vem se modificando ao longo do tempo, vem se modificando devido aos elementos que se misturam.

A globalização é política, tecnológica e cultural quanto econômica, surgiu de lugar nenhum para estar em toda parte e afetar quase todos os aspectos do que fazemos. (GIDDENS, 1991).

Em um mundo globalizado as barreiras se alargam e as culturas nacionais se entrelaçam avançando nos obstáculos antes colocados como obstáculos de limites específicos. De acordo com Canclini (2009) os processos de globalização exigem transcender o alcance nacional ou étnico do termo cultura, pois a cultura não é uma essência ou algo que cada grupo traz em si é entendida como processo social ressignificado constantemente.

Assim, há uma nova estruturação em torno do estudo sobre identidades, uma vez que, tais perspectivas refletem não só os resultados do próprio trabalho intelectual, mas amaneira como os desenvolvimentos e as verdadeiras transformações históricas são apropriadas no pensamento. (HALL, 2003).

Compreender essas transformações tem se tornado cada vez mais desafiante. Uma interpretação renovada surge em meados da década de 1950, os Estudos Culturais, ganhando as relações entre a cultura contemporânea e a sociedade um corpo organizado através do Centre for Contemporary Cultural Studies (CCCS). Os estudos dos autores, Richard Hoggart com *The Uses of Literacy* (1957), Raymond Williams com *Culture and Society* (1958) e E. P. Thompson com *The Making of the English Working-class* (1963), são considerados como fundadores dessa nova vertente de investigação cultural.

E. P. Thompson se destaca pela ênfase na dimensão cultural da classe operária inglesa, em *The making of the English Working Class*, o autor expõem as mentalidades coletivas da classe trabalhadora, enfatizando a classe social como um processo em que a todo instante está em movimento e em disputa.

Deste modo, a definição de cultura ao mesmo tempo abarca sentidos e valores que nascem entre as classes e os grupos sociais diferentes, com base em suas relações e condições históricas e na lida com as tradições e práticas vividas nos “entendimentos” expressos e incorporados (HALL, 2003).

Não obstante, são insuficientes as posições teóricas, em suas vertentes isoladas, como, por exemplo, na tradição marxista em que os conceitos como classe e lutas de classes parte agora da perspectiva de história concebida como experiência, não sendo apenas compreendida com base na dimensão econômica.

Há o surgimento político e teórico de novos sujeitos sociais, sendo a identidade fluída e inacabada em constatação evolução histórica. A dinâmica desse movimento é realizada a partir das experiências sociais e da compreensão dos processos identitários a partir das disputas e relações de poder.

Nesse viés, Pierre Bourdieu tem sido apontado como um dos mais influentes autores dedicados ao tema ao conceber a sociedade como uma estrutura de classes e de lutas entre elas. Perseguindo esse entendimento, Ennes (2007) relaciona a construção de novas identidades associadas às transformações sociais, econômicas, políticas e culturais, expressas no campo.

De acordo com Bourdieu (2007) é por meio da noção de campo que se pode pensar o mundo de maneira relacional: o campo é uma “estenografia conceitual” que conduziria todas as opções práticas de pesquisa do sociólogo, sobremaneira a sua “recusa a alternativa da interpretação interna e explicação externa” perante as quais, entendia o sociólogo, estavam colocados os estudos dos produtos culturais.

O campo são os diferentes domínios específicos da realidade social e todo e qualquer campo envolve luta e força:

Campo “[...] entendendo por tal as relações de forças entre as posições sociais que garantem aos seus ocupantes um *quantum* suficiente de força social – ou de capital – de modo a que estes tenham a possibilidade de entrar nas lutas pelo monopólio do poder [...]” (BOURDIEU, 2007. P. 20)

As disputas de poder se acentuam quando os agentes que compõem um campo lutam para adquirir e manter o poder, impor a sua concepção particular legitimando o que existe nesse campo específico.

O entendimento do sentido do mundo social permite a compreensão dos sistemas simbólicos, enquanto instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e conhecimento, pois cumprem sua função política de imposição e de legitimação da dominação

de uma classe sobre a outra, agindo como uma forma de violência simbólica. (BOURDIEU, 2007).

No campo os indivíduos, agentes e instituições estão em luta permanente. Contudo, de acordo com Canclini (2009) ao querer explicar a estrutura de todos os campos segundo a lógica da sua luta interna pelo poder, entre a distinção dos que têm e a pretensão dos que aspiram, Bourdieu, deixou dois problemas: o primeiro é que não haveria diferenças essenciais entre os campos e o segundo tem haver com a relação entre os campos e a história social.

Para o entendimento da sociedade contemporânea é imprescindível pensar na diferença, principalmente entre os campos, já que as regras mudam de acordo com os objetivos a ser alcançados, regras diferentes para objetivos diferentes.

Em uma teoria da interculturalidade é preciso está atento a diferença, a desigualdade e a desconexão.

Entretanto, se a diferença for pensada como absolutização, ou seja, como características inalteráveis, tendem a subtrair as transformações e os processos de hibridização por interação com outras culturas. (CANCLINI, 2009)

Já a desigualdade nos permite pensar as condições desiguais entre o global e o local na sociedade contemporânea. Mas, é necessário fazer uma ressalva, de acordo o autor supracitado, é possível pensar a diferença separada da desigualdade, pois existem diferenciações que não derivam da distribuição desigual dos recursos de cada sociedade.

Ressalta-se, no entanto, que a desigualdade produzida na sociedade contemporânea tem permitido o alagamento das distâncias, mesmo que camufladas no processo de globalização. De acordo com Santos (2010) uma das facetas da globalização é a sua apresentação enquanto fábula, disseminando o mundo como uma aldeia global, como se o mundo tivesse se tornado, para todos, ao alcance das mãos.

Em meio a uma sociedade em que as diferenças ecoam como bandeiras em uma desigualdade crescente, Canclini (2009) observa que forte é quem consegue não ser desconectado.

Uma teoria consistente da interculturalidade deve encontrar a forma de trabalhar conjuntamente os três processos pelos quais se trama: as diferenças, as desigualdades e a desconexão. O caminho é a superação do mundo *multicultural*, onde admite-se a diversidade de culturas, sublinhando sua diferença e propondo políticas relativistas de respeito, que frequentemente reforçam a segregação, por uma concepção *intercultural* e globalizada que

remete à confrontação e ao entrelaçamento, àquilo que sucede quando os grupos entram em relações de troca. (CANCLINI, 2009).

Por isso mesmo, diante da complexidade apresentada é impossível está preso em um trabalho conceitual único, pois o trabalho intelectual precisa aproveitar as diferentes posições teóricas.

É preciso também estar atento para a formulação dos modos de interculturalidade em chave negativa, uma vez que, colocar-se na posição dos despossuídos ainda não é saber quem somos, embora, esse sempre tenha sido o ponto cego de muitos camponeses, proletários, etnicistas ou indianistas, feministas que acreditavam resolver o enigma da identidade afirmando com fervor o lugar da diferença e da desigualdade, ao ficar deste lado, quase sempre se deixa de se construir pontes. (CANCLINI, 2009).

Na sociedade contemporânea o espaço *inter* é decisivo para a mobilização da construção de alternativas. Ficar preso em amarras essencializadoras, não é conservar a identidade, mas deixar de acompanhar o processo social de construção dos significados da vida social, da cultura.

Assim, ao permitir a construção de pontes entre a proteção do ambiente e a sociedade, a cultura ganha novos elementos, nova significação. Não necessariamente, há uma perda cultural ou descaracterização dos ambientes pela criação de uma área protegida em uma área já habitada, o que precisa ser mais bem analisado são as relações de poder que podem vigorar com supremacia devido aos interesses de uns em detrimento dos interesses de outros.

1.3 - A questão ambiental como desafio intercultural

A crise ambiental não tem suas origens na contemporaneidade, embora o surgimento político e as discussões sobre o agravamento de consequências catastróficas tenham sobressaído no cenário internacional nas últimas décadas.

A problemática ambiental não é ideologicamente neutra e nem alheia a interesses econômicos e sociais. Sua gênese dá-se num processo histórico dominado pela expansão do modo de produção capitalista, pelos padrões tecnológicos gerados por uma racionalidade econômica guiada pelo propósito de maximizar os lucros e os excedentes econômicos a curto prazo, numa ordem econômica mundial marcada pela desigualdade entre nações e classes sociais. Este processo gerou assim efeitos econômicos, ecológicos e culturais desiguais sobre diferentes regiões, populações, classes e grupos sociais, bem como perspectivas diferenciadas de análise. (LEFF, 2010, p. 64).

Nesse âmbito, discussões calorosas sobre a relação entre ambiente e sociedade ganham relevância, principalmente, quando ressaltadas as diferenças dos significados produzidos pelas questões ambientais. Deste modo, a década de 1960 pode ser considerada como o grande marco da modernidade tardia¹ em que problemáticas antes consideradas menores ou marginais, como as questões ambientais, ganharam notoriedade.

No Brasil, a instituição de unidades de conservação como importante instrumento de política ambiental tem suscitado fortes embates, na atualidade, em que diversas demandas e a defesa de diferentes interesses ora são expostos ora são camuflados.

Little et al (2003) argumenta que a criação do Parque Nacional de Itatiaia, em 1937, marca bem o início da história dos Parques e reservas equivalentes no Brasil, os quais até a década de 1970², notadamente, tiveram como principal critério a existência de paisagens de notável beleza cênica na área a ser protegida.

Haja vista, que a importação da delimitação de ambientes para conservação já era realizada desde o final do século XIX em países como os Estados Unidos e foi se espalhando rapidamente pelo mundo e recriando a dicotomia entre povos e parques, de fato, parece ter uma maior força a proteção da biodiversidade em detrimento o impacto de tais medidas na vida de grupos humanos que ante uma perda física de um ambiente são atingidos em suas manifestações simbólicas e modeladoras das práticas sociais.

A teoria denominada de “Tragédia dos Comuns”, fundamentada por Garrett Hardin³, propunha que o uso comum leva a exaustão dos recursos naturais, devendo os mesmos ser privatizados ou definidos como propriedades públicas para os quais direitos de acesso e uso deveriam ser concedidos.

Segundo Goldman (2001) embora Hardin não tenha inventado a perspectiva do interesse individual contrário à natureza e a sociedade, ele certamente estimulou um nervo reativo, o curinga do argumento da degradação dos recursos comuns é a carta da (superpopulação), ou o esgotamento de que existem “pessoas demais” para a capacidade de suporte do planeta.

Essa concepção teve seu ápice em uma intervenção estatal, com sérias implicações raciais, de classe e de gênero, pois são homogeneamente definidos nos discursos como (negligentes) reprodutoras. Percebe-se o quanto o princípio segregação e intocabilidade em

¹ A expressão está sendo usada como sinônimo a expressão sociedade contemporânea.

² A década de 1970 foi marcada pela *Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano*, em 1972 em Estocolmo. Segundo Sachs (2002), a conferência de Estocolmo colocou a dimensão do meio ambiente na agenda internacional e pela primeira vez discutiram-se as dependências entre o desenvolvimento e o meio ambiente.

³ James Garrett Hardin (1915 - 2003) ecologista americano que alertou sobre os perigos da superpopulação.

relação aos recursos naturais e ecossistemas integram, em um primeiro momento, a implantação das UCs, ou seja, na verdade, as áreas de proteção ambiental parecem funcionar na prática como verdadeiras ilhas congeladas da natureza. (DIEGUES, 1996).

Desconsiderando que existem sistemas de acesso a espaços e recursos de uso comum que perduram por um longo período de tempo em comunidades não urbanas, caracterizando-se pela utilização comum de determinados recursos, como: peixes, plantas medicinais da mata, produtos do extrativismo vegetal (cipós, material de construção) e áreas de cultivo itinerante (DIEGUES, 2001).

Em contraponto a “Tragédia dos Comuns” Diegues & Moreira (2001) relatam que quando vistos *in loco*, não há comuns semelhantes e é somente no campo, diariamente registrando práticas culturais e ciclos ecológicos, que se pode entender a real complexidade de terras historicamente desenvolvidas e socialmente esculpidas e de sistema de posse de recursos.

A consolidação de uma legislação única com os principais aspectos de criação, implementação, manutenção, gestão e fiscalização de áreas protegidas, embora apenas efetivada no ano 2000, com a institucionalização do Sistema Nacional de Unidades de Conservação- SNUC (PECCATIELLO, 2011), foi para o Estado um importante instrumento de legitimação da política ambiental almejada.

A partir dessa legislação as unidades de conservação (UCs) configuram-se legalmente como espaço territorial com características naturais relevantes, legalmente estabelecidas pelo poder público, possuindo objetivos de conservação e limites definidos, dividindo-se em duas categorias as de Proteção Integral⁴ e as de Uso Sustentável⁵ (SNUC, 2000).

Little et al (2003) argumenta que entre os fatores que justificam e motivam a implantação de UCs, estão a perda da biodiversidade biológica, a vulnerabilidade para a extinção, principalmente espécies com distribuição restrita, degradação e fragmentação de habitats, argumentos éticos relacionados a manutenção de espécies e por fim, o valor econômico direto e indireto relacionado a perda da biodiversidade.

⁴O objetivo básico das Unidades de Proteção Integral é preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais, são modalidades: Estação Ecológica; Reserva Biológica; Parque Nacional; Monumento Natural; Refúgio de Vida Silvestre. (SNUC, 2000)

⁵O objetivo básico das Unidades de Uso Sustentável é compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais, são modalidades: Área de Proteção Ambiental; Área de Relevante Interesse Ecológico; Floresta Nacional; Reserva Extrativista; Reserva de Fauna; Reserva de Desenvolvimento Sustentável; Reserva Particular do Patrimônio Natural. (SNUC, 2000)

Contudo, o aparato legal criado não pôs fim aos conflitos de gestão e manejo das áreas protegidas, emergindo como herança de contradições não esgotadas quando da criação do sistema (PECCATIELLO, 2011). Até mesmo porque nem todos os focos dos entraves são aparentes.

Diegues (1994) enfatiza que a preocupação com as populações que vivem em unidades de conservação é relativamente recente no Brasil, pois até pouco tempo eram considerados “caso de polícia”, pois deveriam ser expulsas da terra em que sempre viveram para a criação de parques e reservas.

Diegues (1995) continua destacando que o Estado tem criado estas áreas, mas não realiza as desapropriações necessárias, pois quase sempre não são alocadas verbas para tal fim. Produzido em seu bojo uma diversidade de conflitos ambientais e revelando que é um problema advindo de uma concepção debilitada de gestão ambiental, que privilegiou a inserção de áreas protegidas em áreas já ocupadas sem muito se ater se seria possível manter, uma natureza congelada, dos usos sociais já consolidados, ou mesmo de ter condições reais de realocar dignamente em outras localidades os comunitários.

De acordo com Diegues e Moreira (2001), essa situação ainda se arrasta, pois, em última instância, não somente os conflitos de propriedade são vistos puramente em termos desenvolvimentista como também suas “soluções”, ou seja, intervenção e valorização.

Little et al (2003), enfatiza que a decretação de dezenas de UCs no território brasileiro, embora tenha tido inquestionável valor para a manutenção do patrimônio ambiental do país, legou ao poder público uma intrincada gama de problemas de natureza social e administrativa de difícil solução.

Portanto, não é possível compreender a questão ambiental sem se ater a negociação de conflitos. Nesse sentido, há sempre movimento, há uma renovada fonte de significado sendo tecida na evolução histórica da vida social, resta-nos encontrar a ponte das conexões, essa ponte pode ser pensada através da interculturalidade, desencadeando alternativas para os desencontros da questão ambiental.

1.4 - O Parque Nacional Serra de Itabaiana-Sergipe

No contexto das questões ambientais contemporâneas, o Estado de Sergipe, também merece destaque. No estado existem quinze Unidades de Conservação da natureza:

três particulares; três federais; duas municipais e sete estaduais e destas últimas duas estão em fase de recategorização.

Entre as unidades de conservação sergipanas, o Parque Nacional Serra de Itabaiana-PARNASI, desperta grande interesse científico, desde a diversidade ecológica a ser preservada a emblemática realidade sociocultural das comunidades do entorno.

Dantas (2008) ressalta que o PARNASI tem uma conformação bastante irregular, advinda de uma oportunidade de aquisição de terras que foi bastante limitada pela grande presença de povoados e fazendas em sua área circunvizinha. Esta conformação aumenta o efeito de borda total, ocasionando uma grande área de tensão entre o interior e o exterior do parque, ainda mais porque o entorno é altamente povoado e pouco preservado, causando uma diferença abrupta entre a área protegida e sua matriz externa.

De acordo com Ennes et al (2009) para os povoados localizados nas proximidades da Serra de Itabaiana, a área tem importância cultural, religiosa e econômica e nesse último aspecto, a implementação do Parque, trouxe o impasse entre a preservação ambiental e a ameaça do desemprego e a diminuição da renda dos moradores.

Ressalta-se que em unidades de conservação de uso integral, o caso do PARNASI, os problemas tendem a ser mais complexos e com consequências em maiores proporções, posto que, populações não podem fazer uso do solo nem dos recursos naturais, direta ou indiretamente.

Neste sentido, o Grupo de Pesquisa Processos Identitários e Poder - GEPIIP- vêm realizando estudos científicos na área desde 2007, destacando-se trabalhos em nível de graduação e pós-graduação, estes últimos, no âmbito do programa de mestrado em desenvolvimento e meio Ambiente/PRODEMA/UFS- se sobressaem como bastante relevantes para o entendimento das problemáticas subjacentes da área protegida.

Destes Diaz Morales (2011); Figueiredo (2011); Mendonça (2012) apresentam notório esforço analítico para a compreensão da institucionalização e gestão do PARNASI, contribuindo, para serem pensadas alternativas coerentes com o contexto da sociedade contemporânea.

Diaz Morales (2011) destaca que antes de ser denominado Parque Nacional a Estação Ecológica da Serra de Itabaiana já passava por grandes problemas gerenciais, principalmente, em sua capacidade de resolver os problemas fundiários, bem como promover ações de conservação da biodiversidade local.

Estudos do GEPIIP coletados e analisados no ano de 2012 demonstram que as comunidades do entorno realizam trabalhos em olarias e cerâmicas, bem como, tradicionalmente exercem a sua aptidão para o desenvolvimento de atividades agrícolas, muito embora, atualmente, uma diversidade de novas ocupações possam ser identificadas nas localidades.

Contudo, os analistas ambientais envolvidos no processo de institucionalização do PARNASI reforçam que a criação do mesmo ocorreu, exatamente, como determina o Sistema Nacional de Unidade de Conservação (SNUC) e a decisão da categoria de Parque Nacional teria sido respaldada nos estudos técnicos da biota, do meio físico, do meio socioeconômico e da percepção dos moradores e dos diversos usuários da Serra sobre a proposta de consolidação da Unidade de Conservação. (DIAZ MORALES, 2011).

Parte considerável dos moradores dos povoados Bom Jardim e Mundês entrevistados declararam que não houve discussão, nem tampouco mudança significativa para a região com a criação do PARNASI, que reforça a ideia de que a influência política foi uma variável de grande importância para a determinação da categoria de UC. (DIAZ MORALES, 2011).

A autora supracitada chega à conclusão de que a institucionalização do Parque Nacional Serra de Itabaiana foi resultado de uma articulação política, marcada por interesses político-partidários e falta de engajamento e participação política da população local.

Essas indicações embasadas em outros trabalhos científicos apontam a constituição de um campo com relações de poder bem definidas e que interferem decisivamente tanto na direção em que são conduzidas as questões ambientais quanto nas conexões encontradas pelos comunitários.

Figueiredo (2011) constatou em seu estudo que oleiros e ceramistas nos povoados Rio das Pedras, Mundês, Gangu I, Gangu II, Lagoa dos Fornos I e II e Chico Gomes localizados no entorno do Parque disseram em entrevista que as discussões sobre a institucionalização da área protegida não aconteceram entre os diversos atores sociais envolvidos.

Deste modo, há evidências que o processo de criação do PARNASI caracterizou-se pela invisibilização dos atores sociais residentes em seu entorno já que a Serra de Itabaiana representa um espaço comum de recursos em que as comunidades têm suas formas de apropriação e reprodução das práticas sociais peculiares desses territórios. Bem como, após a institucionalização ocorreu um processo de exclusão/marginalização de algumas atividades produtivas devido a não adequação a legislação ambiental (FIGUEIREDO, 2011).

Mendonça & Ennes (2012) reforça o exposto demonstrando em seu estudo que a questão ambiental expressa pela legislação ambiental que restringiu o uso da terra de Itabaiana pelas olarias e cerâmicas age como processo circunscrito nas relações de poder, acirra as tensões e as disputas entre estes atores sociais que a experimenta de forma desigual, sobretudo, em função de seus capitais políticos, econômicos e culturais serem também desiguais.

Contudo, é preciso ir além da identificação das relações de poder, é preciso descobrir aonde os caminhos podem se tocar, onde possam se construir pontes.

Capítulo 2 – Procedimentos metodológicos

*(...) Subiu a construção como se fosse máquina
ergueu no patamar quatro paredes sólidas
tijolo com tijolo num desenho mágico (...)*

Chico Buarque, *Construção*.

Construir uma pesquisa científica não significa seguir a trajetória pronta dos manuais metodológicos. É preciso mais, o pesquisador deve ter a percepção para elaborar o seu próprio caminho metodológico. Na pesquisa qualitativa é preciso descobrir os múltiplos sentidos e significados que se pode atribuir a um mesmo objeto, deste modo, faz-se necessário duvidar de resultados únicos, absolutos, pois podem existir outras direções possíveis.

2.1 - Caracterização da área de estudo

A área de estudo deste trabalho compreende o Parque Nacional Serra de Itabaiana e a comunidade do Bom jardim, povoado Itabaianense. O Parque Nacional Serra de Itabaiana-PARNASI, criado em 15 de junho de 2005, localiza-se no agreste sergipano em uma zona de transição entre a caatinga e a Mata Atlântica, cujo quadro climático predominante é o semiárido. Distante 45 quilômetros de Aracaju, capital do estado de Sergipe, está inserido nos municípios de Areia Branca, Itabaiana, Itaporanga D`ajuda, Laranjeiras e Campo do Brito. Sua área abrange 7.966 hectares, 87,25 km de perímetro e é administrado pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).

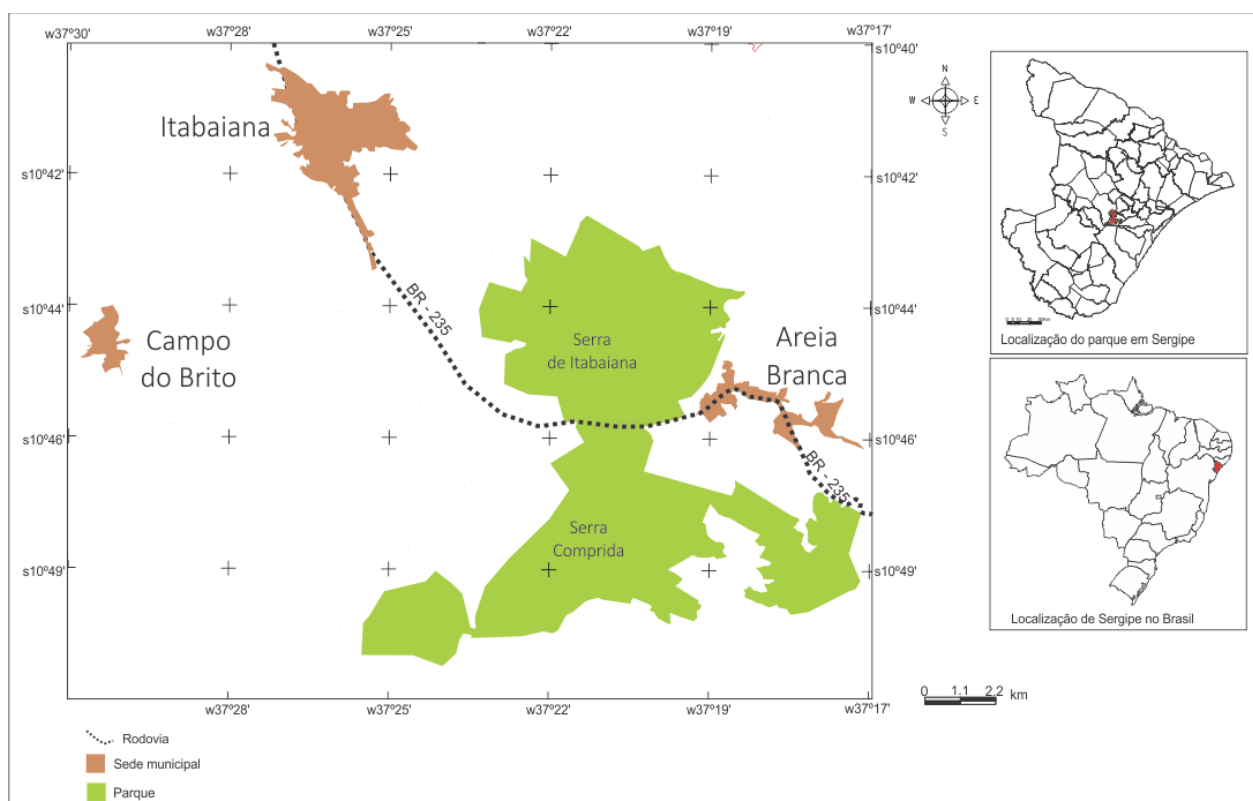


Figura 01: Localização do Parque Nacional Serra de Itabaiana-SE
Organização: Rodrigo Lima, 2013.

O PARNASI é atravessado pela BR- 235 e por diversas estradas de chão, pois não possui cercas. É formado por um complexo de três Serras (Serra de Itabaiana, Comprida e do Cajueiro) com altitudes variando entre 400 e 659 metros, sendo que o domo da Serra de Itabaiana está localizado entre os municípios de Areia Branca e Itabaiana.

A hidrologia é formada por cinco cursos d'água: rio das pedras, riacho da água fria, rio dos negros, rio vermelho e o rio Jacarecica, os quais drenam a área na direção oeste-leste, bem como, constituem-se em um importante recurso de fornecimento de água para a região e também para a capital do Estado, contribuindo diretamente com 30% do abastecimento da cidade de Aracaju através do rio Poxim, que tem as suas nascentes na Serra do Cajueiro. (IBAMA, 2006).

A unidade de conservação teve como principal justificativa para a sua criação a proteção da biodiversidade, assim como promover a pesquisa, a educação ambiental e o turismo ecológico. Entretanto, seu entorno é bastante povoado, com cerca de mais de 20 comunidades, as quais ainda enfrentam os desafios de fazer divisas como uma área protegida

e da convivência com as limitações ambientais impostas pela legislação reguladora do ambiente.

A comunidade do Povoado Bom Jardim, situada no município de Itabaiana e na área de entorno do PARNASI⁶, apresenta um contexto social complexo e aguça o interesse científico, pois instiga a investigação sobre a convivência dos comunitários em suas expectativas, limites e conexões estabelecidas com a unidade de conservação citada.

O Bom Jardim fica distante cerca de 9 km do centro de Itabaiana e está fincado na costa oeste da serra de Itabaiana. De grande beleza natural abrange imensa diversidade biológica e generosa fonte de água doce e potável que nasce no alto da serra de Itabaiana e lentamente cruza o povoado fazendo de suas ruelas pequenos riachos.

A população do povoado Bom jardim é estimada em 400 famílias, tendo na agricultura a segurança da alimentação familiar e com a venda do excedente a composição de grande parte da renda mensal. As ruas da localidade são bem distribuídas espacialmente, porém, sem nome, número e pavimentação, tão pouco saneamento básico⁷. As casas são de alvenaria e próximas umas das outras, no centro do povoado localiza-se a Praça São Lourenço, onde fica a escola municipal Luiz Floresta que oferece ensino do 1º ao 6º ano. Do lado esquerdo da escola fica o posto de saúde comunitário, por trás a sede da associação de moradores e à frente está a igreja católica do Imaculado Coração de Maria, principal símbolo da fé cristã para os moradores.

Ainda há uma creche⁸ denominada Professora Laura Maria Santos que atende uma média de 60 crianças em tempo integral, uma única igreja “de crente⁹”, um posto de saúde, uma associação de moradores, alguns bares¹⁰ e mercearias e um campo de futebol onde, geralmente, aos domingos, os homens do povoado praticam a única atividade desportiva: o futebol.

⁶ Ou zona de amortecimento é a faixa de três mil metros além dos limites oficiais da UC. Nesta área as atividades humanas estão sujeitas a normas e restrições específicas, com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a unidade.

⁷ Há calçamento de paralelepípedo apenas na praça e segundo o presidente da associação de moradores, há um projeto para dar nomes às ruas que somam vinte e duas. Devido a essas características: ausência de nome, número, cep e etc. as correspondências não chegam ao povoado, as mesmas ficam no correio de Itabaiana e um morador as retira e distribui.

⁸ A creche foi construída com ajuda advinda de verba de subvenção via associação de moradores e é mantida pela prefeitura municipal.

⁹ É assim que eles se referem à igreja protestante. É claramente observável a intolerância de muitos moradores com a presença da igreja.

¹⁰ Pelo percebido pelo pesquisador é grande o consumo de álcool pelos moradores do povoado, principalmente pelos homens.

2.2 - O Método

A escolha do método parte do pesquisador, mas não é um ato isolado, e sim, intimamente relacionado ao descobrimento do objeto.

Dessa forma, ressalta-se a dificuldade para a escolha do método, o qual, no caso em análise, deveria contemplar ao mesmo tempo as especificidades do ambiente e a relação necessária com os processos sociais humanos. Não obstante, o método qualitativo justificou-se por ser o caminho mais consistente para se entender um fenômeno social e suas particularidades.

Richardson et al (2009) afirma que os estudos que empregam metodologia qualitativa podem descrever a complexidade de um determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais, contribuir no processo de mudança de determinado grupo e possibilitar, em maior nível de profundidade, o entendimento das particularidades do comportamento dos indivíduos.

Procurando delimitar melhor o método, no âmbito qualitativo, a etnografia foi o recurso que mais se aproximou da descoberta da relação entre o povoado Bom Jardim e o PARNASI, pois foi preciso fazer um mergulho muito profundo na forma como as pessoas se organizam e dão significado ao ambiente que as cercam.

A pesquisa etnográfica em suas diversas possibilidades constitui-se no exercício do olhar e do escutar impondo ao pesquisador um deslocamento de sua própria cultura para se situar no interior do fenômeno por ele observado através da sua participação efetiva nas formas de sociabilidade por meio das quais a realidade investigada se apresenta (ROCHA; ECKERT, 2008).

Assim, para adentrar no universo do povoado Bom jardim a utilização da etnografia foi imprescindível, pois era preciso compreender a “língua local”. Apesar da existência de uma língua de referência comum, a língua comum, foi percebido que o vocabulário de base das pesquisas apresenta numerosas particularidades tanto mais propícias aos mal-entendidos, assim, a compreensão da linguagem nativa está no centro da pesquisa etnográfica. (BEAUD; WEBER, 2007).

Foi preciso muita atenção e paciência para perceber o contexto em que as palavras eram usadas e a variação dos seus significados. Nos primeiros diálogos, não raro, aconteciam

confusões, de repente se estava falando de ambientes diferentes, mesmo que usando a mesma palavra.

Não obstante, um trabalho etnográfico, segundo Malinowski (1978) só alcançará valor científico se nos permitir distinguir claramente, de um lado, os resultados da observação direta e das declarações e interpretações nativas e, de outro, as inferências do autor baseadas em seu próprio bom-senso e intuição psicológica.

Faz-se necessário deixar claro no texto o que é o vocabulário nativo daquele que o pesquisador interpreta como se fosse nativo, pois pode existir um abismo de diferenças entre as concepções, e o leitor deve saber diferenciá-los.

Ainda de acordo com Malinowski (1978) a pesquisa é etnográfica quando são registrados os dados referentes à vida cotidiana e ao comportamento habitual e ainda são registrados os pontos de vista, as opiniões, as palavras dos nativos, pois em todo ato da vida local existe a rotina estabelecida pela tradição e pelos costumes, depois a maneira como se desenvolve essa rotina e o comentário a respeito dela, contido na mente dos nativos.

Para desenvolver a pesquisa no percurso metodológico descrito o pesquisador precisou de dois anos diretamente ligados à comunidade e ao PARNASI. No primeiro ano, 2012, o contato foi indireto, com reuniões e visitas mediadas pelo GEPPIP/UFS, no segundo ano, 2013, o trabalho etnográfico foi propriamente realizado com períodos intercalados de permanência direta na comunidade e visitas diárias.

Os períodos mais longos de permanência na comunidade duravam uma semana cada, com chegada na segunda-feira e retorno no sábado, já as visitas diárias aconteciam, tanto no Bom Jardim quanto no PARNASI, geralmente no início da manhã com o retorno ao final do dia. No ano de 2013 desde o mês de março até o mês de dezembro a presença do pesquisador foi constante nos referidos lugares.

No decorrer desse período a percepção foi sendo aprimorada e não só dos fatos visíveis e relacionados com o ambiente físico eram captados, mas os significados simbólicos ficaram aparentes: a religiosidade, os laços de parentesco, a solidariedade, o pertencimento, a relação com os recursos naturais.

Deste modo, a pesquisa etnográfica exige do pesquisador atenção e desprendimento daquilo que ele acha que vai encontrar. E o pesquisador quando parte para uma expedição

deve ter a capacidade de levantar o maior número de problemas e não ter a incapacidade de mudar seus pontos de vistas (MALINOWSKI, 1978).

O método qualitativo e a pesquisa etnográfica permitiram ao pesquisador conviver com uma realidade múltipla de significados tendo a surpresa de constantemente descobrir novos sentidos de vida.

2.3 - A construção dos procedimentos de coleta de dados

Caracterizar os instrumentos de coleta de dados e selecioná-los previamente é parte importante de toda pesquisa, pois permite visualizar os procedimentos que serão utilizados para o alcance dos objetivos propostos. Contudo, no decorrer do trabalho novos instrumentos poderão ser pensados e incorporados a partir das dificuldades e especificidades encontradas no campo. Principalmente em uma pesquisa qualitativa não se pode prever e controlar todas as variáveis.

2.3.1- A pesquisa bibliográfica e documental

Fazer o levantamento bibliográfico foi o primeiro passo para o conhecimento do que já havia sido pesquisado e publicado à cerca da temática. Evitando, portanto, repetições e a reprodução de conceitos já ultrapassados.

O levantamento bibliográfico foi realizado através de leituras e da produção de fichamentos contendo o resumo e a identificação da autoria dos trabalhos, neste âmbito, o Núcleo de pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente/PRODEMA/UFS e o Grupo de Pesquisa Processos Identitários e Poder – GEPPIP/UFS merecem destaque pela produção científica sobre o Parque Nacional Serra de Itabaiana, este último destaca-se também por ter realizado importante pesquisa quantitativa sobre as características gerais dos povoados do entorno do parque.

Após esse trabalho inicial foram suscitadas as primeiras questões, as quais motivaram e contribuíram para a elaboração do esqueleto do trabalho.

Também foi realizada uma pesquisa documental em que foram analisados documentos oficiais referentes à instituição e gestão do PARNASI, como o plano operativo de prevenção e combate aos incêndios florestais no Parque nacional Serra de Itabaiana-IBAMA- e documentos sobre a comunidade nos órgãos públicos municipais.

Por vezes, boletins paroquiais e folhetos associativos completam a documentação local, pois é preciso não ter receio de bisbilhotar os arquivos ou documentos municipais, pois podem ser extremamente ricos (BEAUD; WEBER, 2007). Deste modo, também foi recolhido e consultado um histórico local informal do povoado Bom Jardim elaborado pelos próprios moradores.

O material bibliográfico e documental recolhido e estudado permitiu um embasamento teórico de fundamental importância para o avanço da pesquisa, além de poupar muito tempo do pesquisador, pois pôde começar a partir de bases sólidas já construídas por pesquisas anteriores.

2.3.2 – Familiarizar-se com o campo

Após a fase de levantamento teórico (bibliográfico e documental), chegou o momento do contato direto do pesquisador com o campo.

Na comunidade do Bom jardim o contato começou com reuniões acontecidas no segundo semestre de 2012, as quais tiveram por finalidade conhecer a comunidade e suas principais lideranças, assim como expor o objetivo do grupo de estudos GEPPIP. Nas ocasiões, os membros do grupo fizeram uma breve apresentação das temáticas de estudo no entorno do parque.

Essas reuniões sempre aconteciam na sede da associação de moradores do povoado Bom Jardim e contava com a presença do presidente e alguns poucos curiosos que mesmo sem saber ao certo o que estava acontecendo observavam com muita atenção tudo o que ocorria. Vale ressaltar, que o apoio e a boa receptividade dos membros da associação de moradores foram cruciais para a inserção dos pesquisadores na comunidade.

Ainda no segundo semestre de 2012 foi realizado um trabalho de levantamento de dados quantitativos pelo GEPPIP/UFS, para traçar o perfil socioeconômico dos povoados Bom Jardim, Serra, Bula Cinza, Rio das Pedras e Ribeira, ocasião em que o pesquisador fez uma maior aproximação com as principais lideranças das comunidades. Contudo, o contato mais estreito se deu através de Carlinhos de Liro, apresentado ao pesquisador por Manoel Messias¹¹.

¹¹Manoel Messias é geógrafo e membro do GEPPIP/UFS, bem como, nasceu e mora em Itabaiana, tendo raízes marcantes naquele pé de Serra. No ano de 2012, Messias, comumente chamado, defendera dissertação de mestrado (PRODEMA/UFS) investigando o PARNASI e as comunidades do entorno.

Através de Carlinhos de Liro, um misto de agricultor, feirante, líder comunitário e, sobretudo, um dos nomes mais notáveis daquele povoado, o pesquisador pode perceber como poderia montar seu acampamento, ou seja, pode mapear a possibilidade de inserção na comunidade, bem como, onde ficar hospedado, quanto tempo poderia passar e por onde poderia começar as observações e investigações. Contudo, essa familiarização foi lenta, mais ou menos quatro meses de conversas, telefonemas e visitas na comunidade.

Após a familiarização com o pesquisador, Carlinhos, disponibilizou a sede da associação de moradores da comunidade para que fosse utilizada como base durante o período em que a pesquisa transcorresse. A sede da associação possui uma estrutura física nova dotada de banheiros, um longo salão, cozinha, garagem e duas pequenas salas. Possui ainda, fogão industrial, geladeira, computador, televisão, aparelhagem de som profissional e embora não fosse projetada para hospedar pessoas foi facilmente adaptada. Coube ao pesquisador preocupar-se apenas com a cama, que foi substituída por um colchão inflável.



Figura 02: Lado esquerdo acomodação do pesquisador no centro comunitário do Bom Jardim e lado direito visão externa do centro.

Fonte: Trabalho de campo, 2013.

Assim, durante o inverno tardio de julho de 2013, numa manhã nublada e com promessa de muita chuva cheguei ao Bom Jardim para a primeira investigação mais duradoura.

Chegando no povoado, a primeira parada aconteceu no bar de Barreto onde alguns homens, como de costume, conversavam descontraidamente ao redor de uma mesa de sinuca. Dirigindo-me ao grupo com o objetivo de saudá-los a percepção que tive foi que a conversa descontraída deu lugar a um misterioso e desconfiado silêncio.

Aos poucos alguns moradores foram se chegando: sempre devagar, em silêncio, paravam num canto, passava a mão por trás das costas e segurava o outro braço ou sentava em cadeiras e tamboretas próximos a uma generosa mangueira. Após cumprimentar um a um, o Sr. Barreto¹² muito simpático e com um tom de intimidade apresentou-me como o homem da “Universidade” que ia estudar o povoado Bom Jardim e, a partir daí, todos no bar ficaram muito curiosos e começaram falar sobre os problemas que viram e ouviram relacionados ao PARNASI.

A confiança e a credibilidade demonstrada pelo Sr. Barreto foram a porta de entrada para o desenvolvimento da pesquisa com os demais comunitários e daí iniciou-se as andanças e observações pela comunidade.

Já o contato com o PARNASI teve maiores dificuldades devido à demanda de serviços muito superior ao efetivo profissional. O Parque é administrado pelo Instituto Chico Mendes (ICMbio) e conta apenas com dois funcionários efetivos¹³ e alguns terceirizados que cuidam da limpeza, segurança e brigada ante incêndio.

De junho de 2013 a janeiro de 2014, foram inúmeras as tentativas de contato com o gestor via email, telefone e visita à sede do Parque. Mas, sempre ocorria algum evento que impossibilitava o encontro, porém, mesmo sem acompanhamento, durante todo esse período as visitas eram realizadas na sede e nos locais de lazer abertos à comunidade no PARNASI¹⁴.

2.3.3 – As observações

Para observar, se requer um planejamento. Ao contrário, do que se imagina a observação não é um ato aleatório, é preciso escolher uma situação, um evento, pessoas e/ou grupos e ter um preparo específico.

¹² O pesquisador já havia conhecido o Sr. Barreto durante visitas anteriores e estabelecido uma boa relação com o mesmo.

¹³ Um analista ambiental e um técnico administrativo.

¹⁴ A maior dificuldade foi a rotina de trabalho muito dinâmica do gestor, não foi falta de abertura do entrevistado com o pesquisador.

Foi nessa perspectiva que as observações de campo no povoado Bom jardim e no PARNASI foram pensadas cuidadosamente e seguiram um roteiro já nas primeiras visitas, contudo, nas expedições em que o pesquisador permanecia durante toda a semana no Bom Jardim precisaram ser mais detalhadas. Essa fase foi desenvolvida nos meses de julho a setembro de 2013.

Entretanto, é preciso salientar que a observação não se baseia em simples prévias metodológicas, pois deve ser adaptada ao campo, senão, se corre o risco de observar apenas o que já se conhece. (BEAUD &WEBER, 2007)

Assim, no Bom jardim se atendo também as novas situações, ambientes e pessoas que surgiam as observações seguiam um ritmo bem diferente durante o dia e a noite.

Durante o dia as observações eram basicamente realizadas nas “malhadas”, entre um pé e outro de amendoim arrancado, pois é nessa área destinada a agricultura que geralmente se passa a maior parte do dia, não apenas trabalhando, mas partilhando a vida.

Foram realizadas também observações nos quintais das casas, na lida diária, principalmente relacionada ao trabalho na agricultura e na feira. Mas, os modos de falar, de olhar, ainda pareciam ser bem contidos.

Ressalta-se que a inserção do pesquisador no mundo do trabalho da comunidade não foi um evento espontâneo, mas motivo de espanto. Como alguém estudado da cidade iria meter as mãos naquela terra úmida a troco de nada? Essa era a pergunta nítida estampada nos rostos dos nativos. Nesse momento coube à explicação que para entender o cotidiano é necessário sentir, sentir na prática como era o dia a dia de um morador do Bom Jardim quebrando novamente as barreiras entre sujeito e objeto de pesquisa.

Outro momento bastante instigante para a observação foi à hora das refeições, momento de preparação de um banquete ao modo nativo “muita comida” e tinha que comer muito, demonstrando que gostou da culinária local.

Ainda durante o dia também eram realizadas observações em ambientes não formais, fora da hora do trabalho, em bate-papos descontraídos que se formavam geralmente nos bares de Barreto, localizado na entrada do povoado e Ambrósio, na praça, em frente à associação de moradores. Nesses locais sempre havia notícias sobre política, futebol e, sobretudo, crimes ocorridos na região, a conversa durava muitas horas de comentários sobre o noticiário diário.

À noite, geralmente as observações realizavam-se no acompanhamento dos eventos religiosos locais e em seguida na roda de conversa que se formava em frente à igreja para partilhar a vida, a labuta diária, contar causos e histórias engraçadas (em geral eram as mesmas pessoas com quem passava o dia e aproveitava para dar continuidade às observações).

No PARNASI, as observações foram realizadas simultâneas às visitas diárias ao Bom jardim. Como já citado, as mesmas não foram acompanhadas por representantes do Parque, mas seguiram um roteiro previamente elaborado pelo pesquisador, observando principalmente as condições de preservação do ambiente. Chegando ao Bom Jardim as observações continuavam, geralmente, em áreas pertencentes ao parque que poderiam ser adentradas pelo lado do povoado e eram guiadas por nativos, já que não há cercas que impeçam a entrada.



Figura 03: Lado esquerdo superior observações realizadas na feira livre de Itabaiana e no inferior acompanhamento do trabalho nas malhadas, ao centro e no lado direito superior observações realizadas na cachoeira, dentro dos limites do PARNASI e ao lado inferior direito mais um dia de acompanhamento nas malhadas.

Fonte: Trabalho de campo, 2013.

A figura acima demonstra o acompanhamento da rotina da comunidade, foi um trabalho de observação, mas para se observar os mais simples detalhes era preciso fazer também parte do cotidiano local. O trabalho nas malhadas, os banhos de cachoeiras, a venda na feira, tudo foi observado e experimentado.

Esses momentos seguiram sem roteiros expostos, pranchetas ou qualquer objeto que lembrasse alguma enquete. As observações foram feitas a partir do cotidiano da comunidade e da realidade em que se insere o PARNASI, com os momentos marcantes memorizados para ao final de cada noite ser relatados no diário de campo.

De acordo com Beaud & Weber (2007) a observação etnográfica sustenta-se sobre o encadeamento de três técnicas entrelaçadas: perceber, memorizar e anotar, assim há um vai e vem permanente entre percepções, explicitação mental, memorização e o caderno (diário de campo) no qual as anotações são feitas.

2.3.4 – O diário de campo

O diário de campo é a principal ferramenta do etnógrafo, um diário de campo é um diário de bordo no qual, dia após dia, anotam-se em estilo telegráfico os eventos da pesquisa e o progresso da busca (BEAUD & WEBER, 2007).

Durante as observações procurou-se privilegiar duas categorias de fatos ou objetos observáveis: as interações e os ambientes. O diário de campo foi o principal aliado na realização dessas tarefas.

As interações foram divididas em dois momentos: momentos face a face como a novena do Imaculado Coração de Maria, encontro de idosos, reuniões de associação de moradores e rodas de conversa; e os momentos de interações com o trabalho, principalmente na agricultura e na feira. E os ambientes privilegiados foram, sobretudo, os limites entre o povoado e o parque.

Uma vez que, quando a observação acaba inicia uma etapa delicada, a anotação no diário de pesquisa. Embora algumas poucas anotações tenham sido realizadas ainda em campo, o trabalho mais cuidadoso foi realizado à noite quando o pesquisador recolhia-se num cantinho absolutamente tranquilo da sede da associação para por em prática o ato de sistematizar em forma de anotação o que foi observado.

A anotação seguia sistematicamente as seguintes etapas conforme orientação de BEAUD & WEBER (2007) de início descrevia o desenrolar cronológico do evento observado; em seguida um esquema dos diferentes lugares observados; depois anotava o que o pesquisador fez, ouviu, bem como o que mais chocou e agradou; por fim era feito uma análise provisória dos eventos observados.

2.3.5 - As entrevistas

Passado dois meses da última expedição, em dezembro de 2013, surgiu à necessidade de voltar e aprofundar melhor algumas questões. Após as observações e anotações com a reflexão longe do campo, chegou a hora de retornar, agora com os informantes já definidos para as entrevistas aprofundadas.

As entrevistas consistiram no complemento dos procedimentos metodológicos, foram longas e gravadas com gravador. Chamadas de entrevistas aprofundadas não precisam ser numerosas, pois, nesse caso, quanto mais entrevistas, maior será a imprecisão de estar se avançando. (BEAUD & WEBER, 2007).

As entrevistas foram realizadas com quatro informantes residentes no Bom Jardim e o gestor do ICMbio.

No Bom jardim para cada entrevista era preciso praticamente passar o dia na comunidade, visto que, os entrevistados não iriam parar totalmente os seus afazeres para conversar com o pesquisador. Tinha que esperar a melhor hora do dia, do trabalho, da noite e aproveitar ocasiões em um acompanhamento contínuo da rotina do entrevistado. Aconteceram nos meses de dezembro de 2013 e janeiro de 2014.

Bem como, não se pede uma entrevista ao acaso e a qualquer um, tem que se fazer escolha levando em consideração as observações e os objetivos do trabalho. Assim, foram elencados critérios para a escolha dos entrevistados¹⁵ no povoado Bom Jardim. 1) Ser nativo; 2) Utilizar, as terras das malhadas; 3) Possuir, reconhecidamente, destaque na comunidade como representante; 4) Ter acompanhado o processo de institucionalização do PARNASI;

José Gonçalves: foi o primeiro informante e o nativo mais bem disposto a fornecer informações para a pesquisa, sempre simpático e cordial, possui um vasto conhecimento sobre a comunidade. E como se não bastasse o exposto, ainda foi escolhido por angariar quase todos os critérios elencados para as entrevistas: é agricultor, feirante e líder comunitário, além de um homem muito atento aos acontecimentos políticos que cercam a localidade.

¹⁵ Os entrevistados, além de ser nativos, não precisavam exatamente corresponder a todos os critérios elencados pelo pesquisador. Alguns entrevistados se destacavam por um critério específico, bem como, os critérios estabelecidos não foram enumerados por ordem de importância, mas apenas por uma questão de organização. Outro dado importante é que os nomes dos informantes da comunidade do Bom Jardim foram preservados, foram dados nomes fictícios mantendo o anonimato das entrevistas, apenas o nome do gestor do PARNASI foi mantido.

Aderaldo Ferreira: motorista, agricultor, negociante e também líder comunitário chamou atenção, logo de início, pelo poder de oratória e o conhecimento político local. De muito bom humor e empenhado nas questões referentes ao “bem estar” dos moradores do povoado, foi escolhido pela reconhecida representatividade na comunidade.

Zé da Luz: sábio agricultor, de comportamento calado, foi escolhido pelo notório trabalho desenvolvido em sua malhada, além de permitir o acesso do pesquisador à mesma. Este entrevistado forneceu informações valiosas sobre a história do povoado, sobre as práticas agrícolas locais, assim como dos costumes locais.

Euclides Rodrigues: Jovem pacato, sagaz e inteligente, porém desconfiado, cismado. Impressionou logo nas primeiras conversas pelo fato de nunca ter ido a Aracaju. Contudo, foi quem demonstrou acompanhar com preocupação e expectativa a institucionalização do PARNASI, bem como, reflete sobre a relação contemporânea do povoado com o mesmo.

A escolha desses entrevistados no povoado Bom jardim também foi feita pela abertura ao pesquisador, pois o mesmo precisou ser aceito e ter uma boa inserção no meio para realizar as entrevistas¹⁶. A lógica da pesquisa etnográfica o leva a fazer escolhas, a travar alianças que o aproximam de alguns e o desligaram de outros. (BEAUD & WEBER, 2007)

Já as entrevistas com os representantes do PARNASI foram mais difíceis devido aos desencontros de horários e locais. O período de negociação das entrevistas foi bastante longo, aproximadamente seis meses, devido principalmente a falta de disponibilidade dos entrevistados.

2.3.6 – Registro fotográfico

Seguindo a perspectiva de compreensão da realidade o registro fotográfico foi utilizado. Contudo, mais do que um recurso metodológico a fotografia foi o elo com o cotidiano, como representação social e memória do fragmentário, que é o modo de ser da sociedade contemporânea. (MARTINS, 2008).

¹⁶ Além das entrevistas profundas, foram aproveitados relatos de conversas durante as observações e acompanhamento na comunidade.

Dessa forma, um aspecto fundamental sobre a fotografia é a veracidade do que nela está impresso. Uma vez que, aquele fragmento de realidade expresso não é mero devaneio do pesquisador.

Pais (2003) afirma que o cotidiano é, acima de tudo, um lugar privilegiado da análise etnográfica na medida em que é revelador, por excelência de determinados processos do funcionamento e da transformação da sociedade e dos conflitos que a atravessam.

A fotografia não é um recurso que se congela no tempo, mas um suporte da necessidade de vínculos entre os momentos desconstruídos do todo possível, como documento da tensão entre ocultação e revelação, tão característica da cotidianidade. (MARTINS, 2008).

A natureza plástica da linguagem fotográfica permite que a fotografia, enquanto recurso tenha uma ampla utilização na abordagem interdisciplinar. Pois, é inegável a sua relevância em uma análise de fenômenos do cotidiano.

Porém, vale ressaltar o preconceito que ainda há, em alguns centros acadêmicos, em relação à utilização deste como recurso metodológico, como se fosse apenas uma mera ilustração. Desconsiderando que enquanto fragmentos da realidade, a fotografia é um documento visual que auxilia no estudo da memória revelando informação e ao mesmo tempo emoção.

Portanto, neste trabalho além do relato escrito do pesquisador a fotografia foi de suma importância no momento das análises de campo, revelando, por vezes, situações em que no momento do acontecimento não poderiam ser percebidas.

2.4 - A análise dos dados

Após o trabalho de campo, o “grosso” da pesquisa está pronto. Contudo, ainda falta muita coisa a ser feita: separar, escutar, transcrever, analisar e redigir. De acordo com Beaud & Weber (2007) para fazer isso é preciso cortar relações radicalmente com o campo, isolar-se um pouco do mundo e consagrar-se o mais possível ao trabalho de análise e de interpretação.

Salienta-se que antes mesmo de começar a sistematizar o material produzido, muitas análises e interpretações já haviam sido realizadas, decorrentes das experiências diárias no campo. Contudo, para selecionar, escutar, transcrever e transformar as entrevistas e

observações em texto o pesquisador precisou de períodos intensos dedicados a pesquisa, foi preciso muito esforço para não se perder, traçando metas de trabalho diário para se fazer avançar na redação final.

No diário de campo havia muito material e como foi escrito em sequência cronológica facilitou muito a compreensão e sistematização dos dados. Foi principalmente usado como ferramenta de organização dos acontecimentos e etapas da pesquisa. Bem como, relendo o diário, algumas observações foram interligadas a acontecimentos, situações e fotografias reveladoras.

Contudo, não é possível usar todo o material recolhido pelo pesquisador. Pois, fez observações úteis e levadas a bom termo; outras vazias e insuficientes, fez entrevistas boas e outras nem tanto. (BEAUD & WEBER, 2007).

As entrevistas foram escutadas e transcritas. Mas, foram cuidadosamente selecionadas, para evitar a transcrição sem direcionamento.

Portanto, a interpretação dos dados levou em consideração: os sujeitos da pesquisa e o contexto no qual estavam inseridos; a observação dos pontos de vista subjetivos expressos, particularmente, nas palavras nativas; o não dito, os gestos e a entonação de como são ditas as palavras, contextualizando-as e expressando-as no texto escrito. Essa sistematização da análise foi fundamental para redigir o texto de forma simples, mas detalhada e elaborar uma interpretação coerente sobre a relação da comunidade do Bom Jardim com o PARNASI.

Capítulo 3 – O Bom Jardim da Serra de Itabaiana

*Eu nasci ouvindo os cantos das aves de minha serra
e vendo os belos encantos que a mata bonita encerra
foi ali que eu fui crescendo, fui vendo e fui aprendendo
no livro da natureza onde Deus é mais visível
o coração mais sensível e a vida tem mais pureza.*

Patativa do Assaré, *Arte Matuta*

O entorno do Parque Nacional Serra de Itabaiana engloba um contexto complexo em que estão dispostos muitos municípios com diversos povoados, os quais carregam experiências e expectativas diferenciadas. No tocante ao povoado Bom Jardim identificar as peculiaridades do contexto municipal e compreender a relação construída com a Serra de Itabaiana são por demais relevantes, pois desvendam a vivência comunitária.

3.1 - A Importância de Itabaiana no contexto sergipano

As comunidades do entorno do PARNASI não constituem um todo homogêneo, são parte e reflexo de sua organização municipal, não em sua forma cristalizada e estática, mas na interferência que sofre no contexto local. Deste modo, para tentar compreender como vive a comunidade do Bom jardim é preciso se reportar a Itabaiana, qual seja uma das cidades mais importantes no Estado de Sergipe.

O município de Itabaiana se acha assentado sobre a formação geológica singular denominada de Domo de Itabaiana (BISPO, 2013). Integra a chamada região de transição entre o litoral úmido e o sertão semiárido sergipano e faz limite com os municípios de Frei Paulo, Ribeirópolis, Campo do Brito, Areia Branca, Moita Bonita e Malhador.

Essa localização privilegiada foi decisiva para toda a formação histórica, socioeconômica, política e cultural de Itabaiana.

Segundo Bispo (2013) o vocábulo Itabaiana tem origem na expressão indígena It'aba'u'one que quer dizer “serra morada dos homens de onde vêm as águas”. A expressão se impunha ao conjunto de serras baixas, especialmente na parte leste, compreendidas entre as serras do Quizongo, Itabaiana, então Itabaiana-açu ou Itabaiana Grande e, Comprida, com seus apêndices do Bauzinho e do Boqueirão.

Originalmente, a ocupação territorial de Itabaiana deu-se a partir da doação de uma sesmária ao português Ayres da Rocha Peixoto, casado com uma neta de Caramuru, e seu domínio correspondia a uma grande área que abrangia os interflúvios dos rios Japaratuba e Sergipe. (LOPES et al, 2007).

Não obstante, o desenvolvimento do município de Itabaiana guarda uma íntima relação com a utilização dos recursos naturais, muito responsáveis pela fixação do povoamento, pois, principalmente, terra e água, atraíam o interesse de muitos.

A religião católica também contribuiu muito para com o povoamento, uma vez que, a integração social foi bastante relacionada à Igreja, a qual acabou por construir um conjunto de ações que influenciaram toda a organização social das localidades. De acordo com Sabourin (2009) a constituição de comunidades em torno da produção agrícola e da religião se reproduziu em diversas regiões no nordeste do Brasil.

O fervor da religião ajudava a demarcar os símbolos religiosos que continuam vivos até hoje: igrejas, cruzeiros, missas, terços e procissões, foram logo se estabelecendo como momentos de louvor, os quais deveriam ter lugar de destaque físico para exaltar e demarcar as dimensões da vida comunitária.

Com generosa fonte de recursos naturais, ao pé da serra, surgiu o sucesso dos hortifrutigranjeiros, transformando Itabaiana no principal fornecedor de tais produtos de Sergipe, caracterizando-se pela policultura, com destaque para as culturas de feijão, amendoim, milho, mandioca e hortaliças (batata-doce, coentro, tomate, pimentão, cenoura, cebolinha, etc.), desenvolvidas, principalmente, em pequenas propriedades e também nos perímetros irrigados dos projetos Jacarecica I e Ribeira, e o açude da Marcela, o pioneiro. (BISPO, 2013).

Itabaiana também apresenta significativa rota comercial, tornando-se eixo intermediário entre Aracaju e o sertão. Tem o maior comércio dentre as cidades do interior sergipano com oferta de produtos variada e abundante indo desde produtos de alta tecnologia ou de médio valor agregado como os caminhões, à miudeza de armarinhos. (BISPO, 2013).

Dessa forma, há um relevante destaque para a feira:

A produção agrícola municipal é escoada para a cidade, com a finalidade de serem comercializados pelos produtores. Este escoamento é realizado principalmente nos dias de feira e nas quinta, quando ocorre o comércio em atacado, sendo distribuídos para outras cidades do agreste, para a capital sergipana, bem como, exportados para outros estados, particularmente os estados da Bahia, Alagoas e Pernambuco. (CARVALHO; COSTA, 2009).

O Itabaianense carrega a fama de ser conhecido como um exímio comerciante e, impulsionado por essa habilidade, conseguiu transformar a cidade em uma referência regional de comércio, tendo, principalmente, nos dias de feira, volumoso fluxo de pessoas em seu comércio.

A feira de Itabaiana tem um alcance espacial considerável, pois atrai consumidores dos municípios circunvizinhos, principalmente de Moita Bonita, Ribeirópolis, Macambira e Campo do Brito. Contudo, a feira atrai também consumidores da região do Cotinguiba, a exemplo de Laranjeiras e de Maruim, e da própria capital, Aracaju, assim como, da porção centro-ocidental do estado: Carira, Nossa Senhora da Glória, entre outros, chegando a alcançar os municípios de Coronel João Sá, Cícero Dantas, Paulo Afonso e Geremoabo, situados na Bahia. (CARVALHO; COSTA, 2009).

Há também na cidade um expressivo comércio de lojas de ouro¹⁷ e a frota de caminhões é a maior de Sergipe. Contemporaneamente, do ponto de vista econômico, Itabaiana apresenta forte diversidade, indo desde a tradicional atividade agrícola, tendo como base a agricultura familiar, até as atividades tipicamente urbanas, como o importante polo cerâmico estadual, que fornece artefatos graníticos e outros insumos para indústria da construção civil. (CARVALHO; COSTA, 2009).

Entretanto, apesar de todo o desenvolvimento exposto Itabaiana ainda carrega as marcas de um contexto político¹⁸ excludente e permeado por relações de dominação. Dantas (1987) ao estudar o município da década de 40 até meados da década de 80 observa uma história política marcada por competições entre grupos e facções políticas, por vezes, sangrentas, ancoradas no que denominou em mutações do coronelismo¹⁹.

Considerando os rastros do coronelismo, o autor supracitado, ainda acrescenta que um dos fatores para o desencadeamento das relações de dominação política em Itabaiana foi à natureza da produção agrícola familiar, sobretudo em regimes de baixo nível de participação política ou de forte tradição de exclusão popular. Com a população não tendo muitas alternativas a saída era procurar proteção junto aos chefes políticos, os quais ao serem interpelados foram estabelecendo laços de subordinação e engendrando relações de dominação e dependência pessoal. (DANTAS, 1987).

¹⁷ A fama de “terra do ouro” em Itabaiana vem dos tempos colônias em que se acreditava que havia minas de ouro e prata, em suas terras, mas nunca encontradas.

¹⁸ Considera-se ser apenas uma breve e superficial análise do contexto político, posto que, este não é o objetivo do trabalho exposto.

¹⁹ Dantas (1987) conceitua o coronelismo como uma forma de representação política exercida por determinados proprietários sobre trabalhadores rurais, ao tempo em que se impõem como intermediário entre as massas do campo e as oligarquias estaduais, tendo como objetivo a manutenção da estrutura de dominação.

Essas peculiaridades do contexto político Itabaianense não colaboram para compor um quadro definitivo, mas ajudam a compreender uma história política que exerceu forte pressão social sobre os seus munícipes. Uma vez que, as experiências individuais não são um fruto momentâneo, são intimamente relacionadas a uma história coletiva, a qual interage ao longo do tempo e do desenvolvimento da sociedade com novos elementos e situações.

Assim, as características apresentadas do município de Itabaiana não têm como objetivo definir seus povoados. Foram expostas no intuito de relacionar como aspectos da organização comunitária vêm se interligando, absorvendo, preservando e alterando as experiências sociais.

3.2 - O Bom Jardim

Como pensar no povoado Bom Jardim e não se remeter imediatamente a sua interligação com a serra de Itabaiana, com Itabaiana? O trajeto de 9 km de estrada de chão²⁰ que separa o centro de Itabaiana ao povoado, a cena que se vê é sempre a mesma: a serra de Itabaiana em sua plenitude.

À medida que se aproxima do Bom Jardim a paisagem vai gradativamente crescendo aos olhos de quem a contempla em tamanho e beleza. Aliás, segundo relatos dos moradores do Bom jardim, é naquele lado que a Serra se apresenta mais bonita, exuberante e dadivosa.



Figura 04: Chegada ao Bom Jardim vista de vários ângulos e distâncias.
Fonte: Trabalho de campo, 2013.

²⁰ Durante o verão a estrada fica esburacada e no inverno muito lamacenta.

Como é possível perceber na figura acima, a imagem da serra de Itabaiana é muito viva no cotidiano do Bom Jardim desde o primeiro povoamento a serra faz parte da comunidade física e socialmente. Sobretudo, ao estudar as alterações ambientais é imprescindível perceber como é realizada a produção dos significados sobre o ambiente para o entendimento da utilização dos recursos naturais.

De acordo com um documento histórico²¹ local organizado pelos netos, bisnetos e tataranetos de Vitório José de Jesus²², o Bom Jardim era uma área desabitada até meados do ano de 1852²³ e a primeira intenção foi a de cultivar as terras situadas às margens de uma grande Serra. Assim, a agricultura foi se desenvolvendo na terra descoberta acompanhada do plantio de árvores frutíferas.

As famílias do povoado foram sendo constituídas a partir dos descendentes do Sr. Vitório, pois o mesmo ao fixar residência construiu uma família com 10 filhos, bem como atraiu o interesse de amigos e parentes para o Bom Jardim²⁴. Após algumas décadas os filhos das famílias alocadas no povoamento começaram a casar-se entre si, criando novas famílias.

Hoje há filhos do Bom Jardim espalhados por todo o Brasil, contam com entusiasmo, os moradores locais:

Todo canto que você for tem alguém de do Bom Jardim... É em Santos, São Paulo, Rio de Janeiro... Tudo trabalhando, vendendo, negociando... (Zé da Luz, agricultor).

O valor atribuído ao trabalho é motivo de orgulho: “*já nasce com o itabaianense, tá no sangue trabalhar*”, falam os nativos.

Ainda que ninguém permaneça exatamente igual ao que foi no passado é possível carregar características peculiares: os homens mais velhos, em geral, carregam características físicas próprias de pessoas que se dedicaram a vida inteira ao trabalho. São homens que apresentam uma postura muito séria, às vezes sisuda, cismada e intolerante a qualquer ato que venha denegrir sua reputação de homem trabalhador, honesto e viril. Em contrapartida são pessoas muito hospitaleiras, generosas e que não dispensam um bom bate papo, tão pouco se furtam do direito de saber das notícias em primeira mão e discuti-las.

²¹ O documento original encontra-se nos arquivos da igreja do Bom Jardim, porém alguns moradores possuem cópias.

²² Atribui-se a Vitório José de Jesus, o início do povoamento.

²³ Segundo o histórico local essa foi a data da primeira ocupação do Bom Jardim.

²⁴ Não há qualquer informação ou indício sobre a naturalidade do homem considerado fundador do povoado: O Sr. Vitório José de Jesus.

Em relação às mulheres, é difícil vê-las andando pelas ruas do povoado. São exímias donas de casa ou trabalham na cidade (as mais jovens), são reservadas, religiosas e dedicadas à família.

A juventude foca o olhar de trabalho para Itabaiana²⁵ em suas possibilidades de emprego e não apresentam tanto interesse em dar continuidade ao trabalho na agricultura.

Como é que eu vou casar trabalhando na roça? E no ano que num chover? É melhor trabalhar fichado em Itabaiana. Dá mais segurança! (Euclides, agricultor)

Esse interesse dos jovens por um emprego fixo, em detrimento do trabalho que acreditam ser incerto na agricultura tem gerado, nos pais e avós, um sentimento de medo e preocupação:

Nós da roça, hoje, “tamo” preocupado! Se num mudar a coisa, quando chegar meu neto vai passar fome... Cê sabe porque? Quanto tá o salário mínimo hoje? Vamos botar 700 R\$... Hoje meu filho tá em casa de barriga cheia. Porque, eu planto... se num tiver dinheiro pra comprar eu relo um milho faço cuscuz, tiro um litro de leite da vaca, arranco uma macaxeira e como, vou pra feira levo coentro se não vender eu levo pra comer, levo alface se num vender eu levo pra comer, boto o feijão pra vender sobra um litro eu boto pra comer! Ali eu num comprei... Quer dizer... minha feira fica barata! Mas ter 700 R\$ pra tudo... Como é que vai viver? Vai passar fome! (José Gonçalves, agricultor/feirante).

E essa preocupação, talvez não seja apenas uma concepção de vida tradicionalista, preocupada em manter firme inalterada a convivência comunitária. No primeiro momento, realmente, a satisfação imediata da alimentação familiar é o fundamento basilar da preocupação com o trabalho, contudo, os comunitários mais experientes do Bom Jardim entendem que na dinâmica de vida contemporânea são apresentados e desejados novas perspectivas de vida e trabalho, as quais a juventude tem suscitado interesse em alcançar, embora precisem ter melhor requisitos de qualificação escolar para acompanhar a vida fora do Bom Jardim, para não ter que se submeter ao subemprego, medo dos pais e avós.

Na tabela (01) são apresentados níveis de escolaridade, segundo a amostra dos questionários, no povoado Bom Jardim.

²⁵ É muito comum ouvir relatos de pessoas que, durante os períodos difíceis em razão da falta de chuva, escassez de alimento ou fascínio pela prosperidade, foram tentar a vida no sul e sudeste do país. Porém, hoje não se observa mais (ou pouco se observa) dentre a juventude tal perspectiva. No máximo, alguns jovens contam que durante o verão eles se deslocam até as cidades do litoral paulista, a exemplo de Santos, para vender picolé durante toda a estação e fazer uma pequena reserva financeira que raramente conseguiriam em terras sergipanas devido às consequências negativas na economia local durante o verão seco.

	N.	%
Não alfabetizado/a	3	5,0
Ensino Fundamental Incompleto	32	53,3
Ensino Fundamental completo	9	15,0
Ensino Médio Incompleto	10	16,7
Ensino Médio Completo	2	3,3
Graduação	1	1,7
Pós-graduação	1	1,7
NR.	2	3,3
Total	60	100

Tabela 01: Nível de escolaridade no Bom Jardim.

Fonte: GEPPIP, 2012

De fato, como demonstram os dados, os índices de escolaridade ainda são baixos na comunidade, não basta querer acompanhar, há de se preparar para viver para além dos limites da casa, da localidade. Na sociedade contemporânea existem perigos, cada vez mais, assustadores como: o desemprego, a falta de moradia, a violência entre outros, principalmente, mediante o acirramento das desigualdades sociais.

Embora não se tenha um pensamento teórico elaborado, a preocupação com o pouco interesse dos jovens pela agricultura encontra respaldo nos rumos contemporâneos da sociedade, os quais não se pode simplesmente ignorar.

3.3 - A religiosidade no Bom Jardim

Ainda que a sociedade contemporânea exale misturas e novos caminhos, existem elementos tão enraizados na vida coletiva social de algumas comunidades que tendem a segurar os indivíduos em suas concepções mais profundas de existência.

A religião católica é um elemento fortemente presente ao longo da formação e povoamento do Bom jardim²⁶ e ainda influencia muito a vida social, sendo os comunitários religiosos ou não.

Segundo Sabourin (2009) muitas comunidades existem em função de um sentimento de pertencimento a um grupo, de uma identidade coletiva e do compartilhamento de saberes, práticas e, sobretudo, valores que a constituem. Os valores religiosos constituem uma das principais referências comuns do Bom Jardim.

²⁶ O catecismo ensinado as crianças, é datado desde o ano de 1915, bem como a realização de missas, mesmo ocorrendo ocasionalmente e sem capela.

Já em 1931 os moradores do povoado sentiram a necessidade de construir um local onde pudessem fazer suas orações e celebrações religiosas periódicas. Movidos por este sentimento um grupo de quatro homens²⁷, iniciaram a construção da capela em honra a Nossa Senhora, pois acreditavam vir dela a inspiração revelada por meio de sinais, sonhos e outras manifestações. Acreditavam ser desejo da própria Nossa Senhora que se construísse, naquele pé de serra, uma casa de oração.

Nos dias atuais a capela do povoado Bom jardim pertence à Paróquia Nossa Senhora do Carmo, localizada no bairro São Cristóvão em Itabaiana, embora os moradores do Bom Jardim ainda reivindicam do arcebispo metropolitano de Aracaju, Dom José Palmeira Lessa, que a capela seja elevada à categoria de paróquia. Justificando:

Hoje, nossa comunidade tem condições de manter um padre. O dízimo daqui, se brincar, é maior que o da própria Paróquia. (José Domingos, professor).

A comunidade cresceu e precisa de um Padre aqui pra dar assistência. Quando tem um casamento ou batizado, o Padre chega atrasado ou só vem se pagar uma taxa antes. Se a paróquia fosse aqui era diferente. Depois, tem um monte de comunidade que quase não tem missa. É uma paróquia grande pra um padre só! (Antônio Gomes, comerciante).

Há uma grande preocupação em manter viva a fé religiosa na comunidade, em manter a integração social da comunidade. Assim, a maior manifestação religiosa acontece no mês de setembro: a novena do Imaculado Coração de Maria.

A novena mobiliza toda a comunidade e vizinhança, pois é o principal evento em que as famílias se reúnem para agradecer a Deus as dádivas recebidas.

É o momento que eu faço uma doação (em espécie) generosa pra igreja. Pra agradecer tudo que eu consegui no ano. (Arthur Bispo, agricultor).

É comum que a organização da festa convide as famílias tradicionais, bem como filhos ilustres que não vivem mais no povoado para assumirem as noites da novena²⁸. Isso confere aos homenageados notoriedade e distinção. Ao final das celebrações as famílias permaneciam em frente à igreja para conversar e partilhar os dilemas da vida.

²⁷ Lourenço José de Jesus (o doador do terreno), Francisco José de Jesus, Brasilino Bispo de Jesus e Candido Bispo de Jesus. Todos da mesma família.

²⁸ Em geral, os homenageados de cada noite oferecem doações muito generosas e são continuamente lembrados durante a celebração. *Queremos mais uma vez agradecer a família "tal" pela doação de um cálice e uma âmbula (folheada a ouro) que custou uma quantia "X"*. Durante toda novena ouvia-se esse agradecimento.

Outra manifestação religiosa que merece destaque é o terço dos homens. Toda segunda feira a partir das 19h00min, cerca de quarenta homens, nos dias atuais, se reúnem para rezar e cantar o terço de Nossa Senhora. Embalados por um violão, o tom grave, forte e rouco dos homens ocupa todos os lugares da igreja.

O Terço dos homens é mais que um grupo de oração é o momento semanal em que os homens se encontram, depois do compromisso religioso, para falar descontraidamente sobre a vida na terra, os principais acontecimentos na comunidade, um pouco sobre política e o que ocorrer. É um momento ímpar de convivência social, sempre na frente da igreja, na calçada.

É possível perceber nos pequenos gestos o quanto a vida no Bom jardim é baseada na concepção da vontade Divina. Quando a situação fica muito difícil “é vontade de Deus”. Porém, não como um sentimento de revolta por Deus não querer, ao contrário, porque não estão sendo merecedores das graças de Deus.

Deus dá conforme nós merecer... Se num manda chuva é porque nós num merece! Tudo é conforme a vontade dele! (Zé da Luz, agricultor).

Esse sentimento comum e profundo não apenas interfere nas manifestações simbólicas, mas é intimamente relacionado ao mundo do trabalho, sobretudo, da agricultura, principal atividade econômica da comunidade.

Notoriamente, há uma repulsa dos agricultores mais velhos para com os métodos técnico-científicos que tendem a substituir a vontade de Deus. Como o caso da previsão meteorológica.

Você assiste o jornal, aí vem um cachorro²⁹ dizer que a semana é toda de chuva em Itabaiana. Chega a semana e num cai uma gota d'água! O cabra quer saber mais que Deus! (Mario José, agricultor).

Os agricultores do Bom jardim costumam atribuir às forças sobrenaturais uma explicação para quase tudo que ocorre no cotidiano.

Esse ano o caju tá rançoso porque relampeou quando tava amadurecendo. Aí queimou tudo! Você num vai encontrar um caju doce por essas bandas! (Lauro Azevedo, agricultor/comerciante).

Ainda é comum acreditar nesses fenômenos no Bom Jardim, justamente pela resistência da tradição oral passada para as novas gerações, as quais mesmo tendo acesso aos principais meios de telecomunicações do mundo globalizado (internet, Tv por assinatura), de uma forma ou de outra recebe e internaliza os ensinamentos. Acredita-se que esse fato

²⁹ Referência a um famoso meteorologista que presta consultoria aos principais telejornais do Estado.

acontece pelo sentido de integração social que ainda há na comunidade, muito influenciada por uma moral religiosa.

3.4 - A Serra e o Bom Jardim

Considerando todo um patrimônio construído através dos elementos da organização comunitária, fica evidente como a cultura se refaz constante diante da própria história social. De acordo com Canclini (2007) não existe algo que apareça sempre da mesma maneira, daí a importância que adquiriram os estudos sobre a recepção e apropriação de bens e mensagens nas sociedades contemporâneas.

Partindo do entendimento acima, nada continua igual ao que foi no passado, imóvel, estável, contudo, a serra de Itabaiana sempre foi mais que um lugar, onde sucessivas gerações viveram momentos em contato com a natureza. Uma vez que, as características já elencadas do município de Itabaiana e do Bom Jardim estão relacionadas senão direta, indiretamente, com todo o patrimônio material e imaterial oriundo da Serra de Itabaiana.

A comunidade do Bom Jardim cresceu brincando com seus encantos, construindo parte da história do seu povo.

Subia a serra pra tomar banho no “poço das moças”! A gente caminhava mais ou menos duas horas a passos firmes. Cruzava a “floresta” de árvores com mais de 15 ou 20 metros, gigantes, que sequer era possível ver um raio de sol. Cruzava riachos de águas geladas e vez por outra se deparava com cobras gigantes, pebas... Tempo bom... (Antônio Gomes, Comerciante).

Os depoimentos também revelam uma relação de dependência, principalmente dos recursos naturais da serra da Itabaiana, aliada a concepção de submissão e gratidão religiosa.

3.4.1 - Serra Preciosa: fonte de água

Para a comunidade do Bom Jardim conseguir se fixar no pé da serra, suprir a necessidade da água potável era uma questão importante. E embora a povoação contasse com fontes de água doce e pequenos riachos³⁰ para garantir o abastecimento local houve a necessidade de construir uma pequena represa³¹, sobretudo para resguardar os períodos de

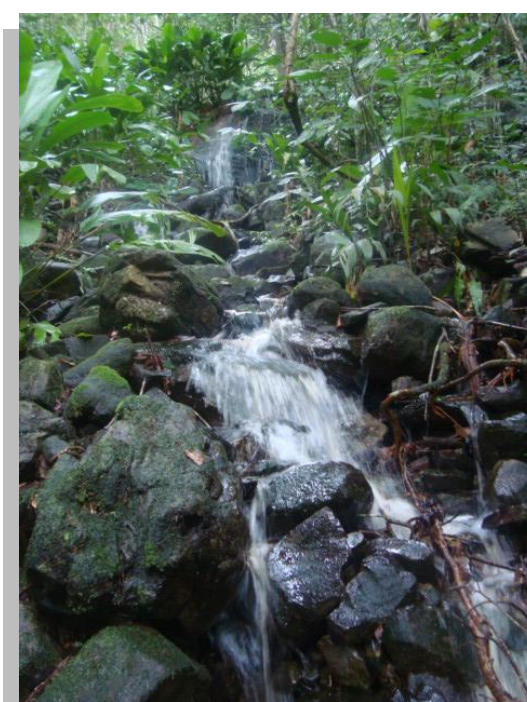
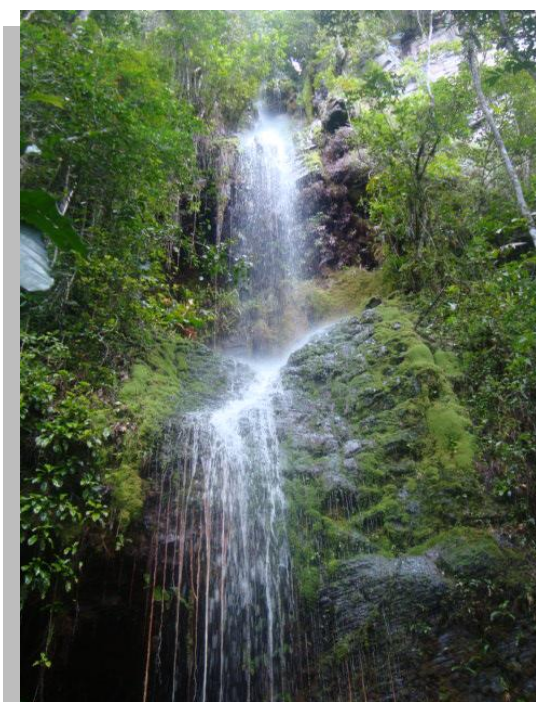
³⁰ Esses riachos se formam apenas em períodos de chuvas.

³¹ Represa Tabatinga.

estiagem. A pequena represa e uma caixa d'água atendiam as necessidades de uma média de 30 famílias à época³².

A água que abastece a represa advém de nascentes do alto serra, desce a bica da serra³³, escorre por entre a superfície rochosa, desaparece durante um determinado trecho³⁴ e reaparece já próximo a pequena barragem.

A serra de Itabaiana, em sua exuberância, encanta com a beleza de suas matas verdes, terra fértil e ar puro de uma natureza também pura em seu estado natural.



³² Segundo relatos dos moradores a represa foi feita entre as décadas de 60 ou 70. Não foi encontrado registro oficial da construção.

³³ A bica da serra é uma cachoeira de inigualável beleza, que durante o inverno faz jorrar generosa quantidade de água transformando-a em um dos principais locais de lazer do povoado.

³⁴ O fato de a água sumir por entre as falhas rochosas e reaparecer adiante, desperta no imaginário coletivo a ideia de que tal fenômeno é um mistério de Deus.



Figura 05: No lado superior esquerdo da figura a cachoeira da bica que se forma de uma nascente de rio no alto da Serra de Itabaiana, na parte superior direita o percurso que faz entre as pedras até chegar à represa Tabatinga, parte inferior.

Fonte: Trabalho de campo, 2013.

Todo esse encantamento permite que boa parte do misterioso caminho percorrido pelas águas da serra de Itabaiana permaneça secreto e nem os mais experientes moradores conseguiram descobrir:

Eu já fui um dia no verão, você chega e vê água até aqui... eu fui pra ver onde ela passava, rodei, rodei e num consegui ver onde ela se esconde... Ela se some e vai aparece cá em baixo, quase num passa nem pela represa. É um mistério! (José Gonçalves, agricultor/feirante).

A ideia de uma natureza pura, guardada por sagrados mistérios, permite até descuidos com a própria saúde da comunidade. Pois, é consenso de que a água fria de visualização turva e meio amarelada que chega às torneiras, nasce cristalina e vai ganhando esse aspecto devido ao longo percurso por entre raízes, rochas e bananeais.

A água nasce limpinha, cristalina... pode subir na nascente que você vai ver! A sujeira dela é natural, fica daquela cor por causa do pozinho das bananeiras, por causa das rochas, das raízes. (Aderaldo Ferreira, motorista/agricultor).

A água que abastece o povoado não tem tratamento. Da barragem, via tubulação, ela chega *in natura* nas casas e em muitos lares é consumida sem fervura ou qualquer outra forma de tratamento.

Eu gosto! Num sei se você observou?! Essa água é muito gostosa... Eu pego e tomo do jeito que ela vem. Num tô nem aí! Já peguei barriga d'água duas vezes. Dizem que é da água sem tratamento, mas... (Aderaldo Ferreira, motorista/agricultor).

Apesar das doenças, dos casos de esquistossomose³⁵, em razão do consumo da água sem tratamento, os moradores acreditam que a água é de excelente qualidade pois nasce da serra preciosa.

É uma água sadia! Ela cai hoje e amanhã já tá na casa. E também lá num tem lixo, tá livre de fezes... A sujeira dela é natural! (José Gonçalves, agricultor/feirante).

O sistema de água implantado no povoado Bom Jardim é uma exceção no município de Itabaiana. Apesar de ter havido, em tempos passados, uma tentativa de implantar a rede pública estadual (DESO), a comunidade não demonstrou simpatia pelo projeto com receio de ter que pagar por este serviço, uma vez que, jamais fora cobrada alguma taxa pelo uso da mesma e ainda mais sendo de boa qualidade, como acreditam ser.

Para a distribuição da água a comunidade conta com a colaboração da Prefeitura Municipal que disponibiliza um funcionário em tempo integral para operar o rústico sistema de abastecimento. Este funcionário é nativo da comunidade e organiza suas atividades conforme lhe convém³⁶.

A distribuição de água em tempos de racionamento segue um rígido controle. São quatro linhas independentes que distribui a água para todo o Bom Jardim, cada trecho das linhas é abastecido durante três horas, conforme dizem os moradores desce na *banguela*, por gravidade.

No Bom Jardim, sempre que uma nova casa é construída o morador se dirige ao responsável pela operação do sistema de distribuição de água, pede a autorização, este indica o local exato por onde passa a linha e o material é comprado pelo próprio morador.

Durante muito tempo esse sistema funcionou satisfatoriamente, porém, vale ressaltar que o projeto inicial era para abastecer 30 casas. Hoje com cerca de quatrocentas casas, o Bom Jardim já tem o seu abastecimento de água comprometido. Foi então que surgiu a necessidade de se pensar em alternativas complementares.

A construção de três poços tubulares profundos foi a alternativa pensada para suprir a carência de água. Esses poços³⁷ foram construídos através da Prefeitura Municipal e, também, via verba de subvenção disponibilizada por um deputado estadual natural de Itabaiana e toda água disponibilizada através dos sistemas locais é destinada ao consumo doméstico.

³⁵ Doença conhecida regionalmente por “barriga d’água”.

³⁶ Alguns moradores afirmam que ele privilegia o abastecimento da rua em que mora. Pois sendo a distribuição racionada e fracionada, a primeira rua a receber água nas torneiras é a dele.

³⁷ Os poços possuem vazão que variam entre mil e dois mil e oitocentos litros/hora.

Dessa forma, não se vê no povoado qualquer tipo agricultura irrigada, até porque seria pedir demais da natureza, que por vezes, se confunde com uma natureza divina.

3.4.2 - A construção do imaginário sobre a Serra de Itabaiana

A relação com a serra de Itabaiana ainda vai mais além, povoa um imaginário que enriquece e alimenta as múltiplas apropriações culturais e os múltiplos sentidos atribuídos, os quais podem ser expressos através das variadas interpretações do que se faz do ambiente.

A serra de Itabaiana é perpassada por várias histórias, por várias maneiras de se contar o mesmo fato. Existem elementos que compõem a realidade socioeconômica contemporânea que vem desde tempos remotos e ainda interfere no cotidiano local. Foi na serra de Itabaiana que se construiu o imaginário de Itabaiana “terra do ouro”.

A região de Itabaiana passou a fazer parte do ideário e da cobiça portuguesa já no século XVII, em consequência da notícia que o Brasil seria rico em ouro e prata. A Serra de Itabaiana deve a Belchior Dias Moréia, nascido na Bahia em 1542, ousado explorador, a fama de guardar escondido rico filão de prata, as famosos” minas de prata” na Europa, a partir da descoberta de ouro, prata, pedras preciosas e salitre numa excursão no sertão do rio Real...A história das minas de prata da Serra de Itabaiana, nunca descobertas, sempre aguçaram o imaginário social dos sergipanos e surgem na literatura, não raro, como importante capítulo da história de Sergipe. (SANTANA, 2002)

Muito embora não se conhecesse o local exato, por dois séculos, e clandestinamente, aventureiros de todos os tipos subiram pelo leito pedregoso do Rio das Pedras, conhecido como Boqueirão do Ouro, penetrando a serra em busca de riqueza fácil, contudo, ou foram sem sorte ou procuraram no lugar errado. (BISPO, 2013).

Devido à construção das lendas sobre fortunas, provavelmente encontradas no pé da serra, seja ouro, prata e posteriormente dinheiro, várias histórias povoam o imaginário da comunidade do Bom Jardim sobre a Serra de Itabaiana.

Uma história muito contada é que existe um tesouro ainda enterrado, pois, acredita-se que existiu um homem muito afortunado chamado Martin Cascavel que oferecia trabalho para todos, era um homem muito apto para os negócios e sempre precisava de gente para trabalhar em suas terras. Cascavel possuía muito dinheiro e como não havia bancos nem cofres, guardava sua fortuna em botijas, no pé da Serra, onde possuía terras. Até hoje há pessoas que escavam o solo naquelas imediações a procura da fortuna, contam alguns moradores.

Perpetuando no imaginário popular a lenda das minas de prata não foi esquecida ao longo dos séculos e como fruto desse legado a serra de Itabaiana também é depositária da

lenda do “carneiro de ouro”³⁸. Até hoje o sonho de encontrar riqueza na serra continua vivo pelo menos na memória de quem vai a Itabaiana comprar ouro, acreditando ser uma riqueza genuinamente nativa.

Mas, não só de uma riqueza escondida exala o imaginário sobre a serra de Itabaiana que de tão exuberante interfere até na projeção do município no contexto sergipano, pois pela grandiosidade da serra não era possível chegar ao seu topo porque o mesmo não existia.

A alusão a serra de Itabaiana como gigante atesta sua desmensura em meio a geografia da região e esse domínio sobre a paisagem inculcaria também um domínio sobre o imaginário: a serra pode ser avistada numa perspectiva mais distante, mantendo visível e soberana nos quatro pontos cardeais do estado de Sergipe. (SANTANA, 2002).

Não obstante, as representações religiosas também se fazem presente na construção desse imaginário. A serra de Itabaiana foi palco de cobiça para instalação de símbolos religiosos para abençoar todo o Estado, pois deveria ser a tradição religiosa proporcional à serra, grandiosa.

A ideia original de uma cruz vem do Frei João Evangelista, que numa procissão em 17 de abril de 1887, realizada na serra, conduziu e lá instalou uma cruz. O cruzeiro da Serra. (SANTANA, 2002).

Sob a proteção divina acreditava-se que as nuvens³⁹ seguravam a Serra impedindo-a de cair sobre a comunidade do Bom jardim.

Deste modo, os aspectos sociais, econômicos e culturais do município de Itabaiana e do povoado Bom Jardim se misturam à composição do imaginário sobre a Serra de Itabaiana. Sendo assim, parece não haver divisórias, visíveis e/ou invisíveis, com o ambiente.

3.5 - Breves considerações

Os moradores do Bom Jardim se apresentam muito sérios, desconfiados, mas não dispensa uma roda de conversa com os amigos. Como bons Itabaianenses, têm orgulho da vocação para o trabalho, para o trabalho duro na agricultura, na feira, no comércio, se dizem bons trabalhadores, ótimos negociantes, embora, o contexto político ainda os prenda em teias de dominação de tempos antigos.

³⁸ O observador que detivesse na imagem do carneiro de ouro projetada na serra talvez não se apercebesse que, por meio de uma curiosa refração, estaria mirando o distante palco das minas de prata, através de uma senda que uniria o presente ao passado. (SANTANA, 2002).

³⁹ As nuvens numa ilusão de óptica pareciam coladas a Serra.

A agricultura se revigora como atividade de destaque responsável principalmente pela garantia da alimentação da família. Contudo, com novas demandas, a sociedade moderna convida os comunitários a ter outros anseios e a reelaborar uma concepção de vida, ainda que religiosidade exerça forte influencia sobre as condutas coletivas.

A relação com a Serra de Itabaiana revela parte da história do próprio povoado e de uma construção indissociável que não se desfaz por decreto. Contudo, para realizar esse trabalho de conhecimento das relações fez-se necessário um debruçar-se sobre os elos entre ambiente e sociedade.

Capítulo 4 – Ambiente e Sociedade: O Parque Nacional Serra de Itabaiana em debate

*Pra nosso espanto tanta mata haja vão matar
Tal Mata Atlântica e a próxima Amazônica
Arvoredos seculares impossível replantar*

Augusto Jatobá, Matança.

Compreender como são estabelecidas as relações entre ambiente e sociedade não é tarefa fácil e nem tão pouco exclusividade de um campo do conhecimento, requer sem dúvida, uma abordagem interdisciplinar, visto que há uma complexidade de aspectos envolvidos. No tocante ao emblema ambiente e sociedade em unidades de conservação é preciso considerar que a preservação ambiental não é um problema apenas ecológico, mas diz respeito, principalmente, a uma racionalidade social.

4.1 - O fim da natureza e a tentativa de proteção ambiental

As alterações ambientais precisam ser analisadas dentro do contexto em que estão inseridas, pois ambiente e sociedade são indissociáveis, mas podem passar por desencontros em decorrência de concepções diferenciadas e de múltiplos interesses envolvidos.

Não obstante, a sociedade contemporânea vive após o fim da natureza, embora esta não signifique, obviamente, que o mundo físico ou os processos físicos deixam de existir, significa que poucos aspectos do ambiente natural que nos cerca deixaram de ser afetados de certo modo pela intervenção humana. (GIDDENS, 2007).

A ação humana não só alterou o ambiente, mas tem contribuído drasticamente para o quadro atual de devastação dos recursos naturais em todo o planeta. Na tentativa de alteração dessa situação, no Brasil, as unidades de conservação vêm se constituindo em uma das principais formas de intervenção governamental objetivando diminuir a perda da biodiversidade decorrente da degradação ambiental ocasionada pelas sociedades.

Contudo, a preocupação com a preservação ambiental é muito recente e de acordo com Santana (2002) nota-se que nos anos que vão de 1930 até a década de 70, a preocupação com o meio ambiente inexistia no Brasil, estando o foco das atenções

voltado para o embate pelo desenvolvimento econômico. Nesse meio tempo, a Serra de Itabaiana era vista como interessante enquanto área de uso e lazer e não despertou novos interesses civilizadores ou políticos. É como se a Serra tivesse permanecido em estado de latência.

É a partir da década de 1970 que se inaugura uma nova etapa para as questões ambientais que, antes marginalizadas, agora entram em cena inclusive com demandas políticas postas em um contexto global.

Não obstante, os órgãos oficiais do Estado de Sergipe elaboram um Projeto Básico de implantação da Estação Ecológica Serra de Itabaiana, em julho de 1978, mesmo sem a participação popular⁴⁰. E em alguns anos a relação de livre acesso não apenas do Bom jardim como das demais comunidades do entorno da Serra de Itabaiana começa a ser modificada.

Diaz Morales (2011) ressalta que com a aprovação da proposta da Estação Ecológica pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente - SEMARH, o IBAMA tentou consolidar o decreto proibindo as visitas ao espaço, bem como manifestações religiosas e culturais.

Esse marco representou uma tentativa drástica de conservação ambiental em detrimento de todo um uso e significação construído desde épocas remotas.

Em 1990, o acesso a Serra de Itabaiana, até então livre de qualquer óbice institucional, passou a ser proibido em decorrência da implantação de uma Estação Ecológica. A cerca que se ergueu em detrimento da natureza do empreendimento, mais do que demarcar um limite ao ir e vir da comunidade, significou um abrupto recorte da realidade da Serra. Até aquele fatídico ano, a população desfrutava livremente dos encantos da Serra, fazendo daquele recanto uma extensão natural do seu dia-a-dia, utilizando-a não somente para fins de lazer, mas também como fonte de subsistência e de práticas religiosas. (SANTANA, 2002).

Contudo, enfrentando graves problemas gerenciais principalmente em sua capacidade de resolver os problemas fundiários, bem como em promover ações de conservação ambiental, foi proposto pelos órgãos ambientais atuantes no Estado de Sergipe, representantes de universidades, acompanhados de pareceres técnicos e até políticos locais uma mudança na classificação da categoria de unidade de conservação.

Destaca-se, desse modo, que é preciso planejar melhor a implementação de unidades de conservação principalmente em áreas já ocupadas, pois nem sempre a

⁴⁰ Embora nunca tenha sido oficialmente decretada, uma vez que antes do SNUC, as Estações Ecológicas só poderiam existir mediante toda a regularização fundiária. (MENEZES, 2004).

corrida para o barramento “do fim da natureza” se reverte no fim desejado: a proteção ambiental.

4.2 - Uma nova proposta ambiental?

Tendo graves problemas de gerenciamento com a estação ecológica, surge então a proposta da criação do Parque Nacional divulgada nos meios de comunicação locais e nas discussões ambientalistas da época com esperança de que a preservação ambiental, enfim, fosse concretizada. (DIAZ MORALES, 2011).

A ideia de efetiva construção do desenvolvimento sustentável, alicerçada nas boas perspectivas para o desenvolvimento local que o Parque Nacional traria para a região, permeava uma concepção de controle da devastação ambiental com equidade social e viabilidade econômica.

Entretanto, independente da unidade de conservação proposta, toda uma ligação construída das comunidades com a Serra de Itabaiana não se transfere automaticamente, uma vez que as bases de significado são outras. Como entender que a proteção ambiental depende do afastamento do ambiente em que as comunidades sempre viveram?

Ainda mais quando se descobre que a escolha da unidade de conservação foi realizada sem que os comunitários soubessem o que representa ter um Parque Nacional no quintal de suas casas.

Para a comunidade do Bom Jardim os motivos mais contundentes da criação do PARNASI se confundem com a realização de um bom negócio para o turismo local:

Dona Maria Mendonça⁴¹ disse a nós, aqui nessa sala, que com a chegada do “Parque Ecológico”, eles iam colocar um teleférico do topo da Serra até o Bom Jardim. Isso pra nós que é comerciante é muito bom, porque precisa de bar, restaurante, pousada pra receber os turistas. É aí que nós entra! (Aderaldo Ferreira, motorista/agricultor).

Como agravante para a falta de esclarecimento da comunidade sobre o processo decisório da implementação da área protegida as lideranças políticas locais entram em cena destacando o desenvolvimento turístico como fundamento de todo o processo e fazendo a intermediação. As visitas esporádicas dos analistas ambientais que conduziram o processo das audiências públicas parecem terem sido incipientes.

⁴¹ Prefeita municipal na ocasião.

Registra-se a ocorrência de duas consultas públicas nas cidades de Areia Branca e Itabaiana. De acordo Diaz Morales (2011) esses momentos aconteceram apenas para seguir as orientações do SNUC, pois se houve algum intento de discussão este foi para tratar da extensão do futuro Parque e não da categoria mais adequada à realidade da região.

De certo, os dados apresentados abaixo nas tabelas 02 e 03 estão em consonância com o SNUC onde registra-se a participação, embora pequena, dos comunitários do Bom Jardim.

	N.	%
Não	53	88,3
Sim	7	11,7
Total	60	100,0

Tabela 02: Participação da comunidade do Bom Jardim
no processo de implantação do PARNASI.
Fonte: GEPIPI, 2012

	N.	%
Palestra	2	28,6
Reunião	4	57,2
Audiência pública	1	14,2
Total	7	100,0

Tabela 03: Tipo de participação dos moradores do
Bom Jardim que estiveram presentes no processo
de implantação do PARNASI.
Fonte: GEPIPI, 2012

Contudo, de acordo Gerhardt (2007) o fato de estar presente não significa participar, decidir, pois existe a “*invisibilização do outro*” nos discursos científicos sobre áreas naturais protegidas.

Segundo o autor supracitado, tal expressão é usada para problematizar a exclusão das populações locais no processo de conservação do ambiente natural em que vivem, considerados como “receptáculos de políticas ambientais”, que são, na maioria das vezes, executadas autoritariamente. A “invisibilização” se refere a não participação ou à pseudoparticipação das comunidades do entorno de unidades de conservação em que durante todo o processo os pontos de vistas de boa parte dos atores envolvidos não

são observados, preponderando o discurso hegemônico daqueles que detém poder. (GERHARDT, 2007).

Não obstante, interesses e conveniências foram respaldados pela anuência daqueles que nem entendiam as palavras e os significados expostos. Assim, segundo Bourdieu (2007) as relações de poder estão por toda parte, mas é preciso saber descobrir por onde elas se deixam ver menos, onde são mais completamente ignoradas, portanto, reconhecidas.

4.2.1 - As expectativas e as frustrações da comunidade do Bom Jardim em relação à implementação do PARNASI.

O que é um Parque Nacional? Para a comunidade do Bom jardim o anúncio da chegada do Parque criou uma série de expectativas positivas em relação ao desenvolvimento local.

Eu penso que o parque vai ser um lugar aonde as pessoas da cidade vêm pra fazer piquenique, tomar banho... Onde vem passar um dia diferente. (Aderaldo Ferreira, motorista/agricultor).

Eu imagino que o parque poderia ser um lugar aonde o povo viesse nos visitar, tomar banho, aproveitar a beleza (...) porque a gente se engrandece quando a gente tá num setor e vê aquela maravilha de você tá vendo a serra de Itabaiana (...) (Aderaldo Ferreira, motorista/agricultor).

De acordo com os depoimentos a ideia que se tem é que um Parque Nacional trata-se de um grande empreendimento turístico com atrativos de lazer⁴² destinados as pessoas que, em geral, recorrerão ao mesmo com o objetivo de desfrutar de um prazeroso dia em contato com a natureza. Contudo, com o passar do tempo vieram as frustrações:

Disseram que iam trazer uma empresa pra oferecer voo de asa delta pros turista e nada! Nem se ouve mais falar! (Euclides, agricultor)

Eu tinha uma esperança de melhorar a comunidade... Como diziam: Vai construir o Parque, tem o turismo e tal... Mas, hoje, nós só tem preocupação! Porque eu num posso bulir no que é meu, ninguém mais pode bulir em nada... Fica difícil! (Antonio Gonçalves)

⁴² Tipo resorts ou balneários.

Deste modo, não só as expectativas da comunidade do Bom Jardim com relação ao fortalecimento do turismo foram tolhidas, bem como não se vê mudança alguma. Então de onde vêm as restrições ambientais? Que Parque é esse?

4.3 - O Parque Nacional foi criado?

Eu não acredito não que vão criar o Parque ecológico. É muito investimento pra pouco retorno... Tem que indenizar muita gente, construir o Parque e o governo não vai querer gastar esse dinheiro todo pra num ter retorno. (José Gonçalves, agricultor/feirante).

Após quase oito anos de efetiva institucionalização do PARNASI é essa a sensação dos comunitários do Bom Jardim. Essa situação é decorrente da morosidade na definição do manejo das unidades de conservação, uma vez que envolve várias ações interconectadas.

Em relação aos Parques Nacionais, as limitações abarcam uma série de restrições ambientais, mas se não forem bem definidas juntamente com todos os atores sociais envolvidos ameaçam o cumprimento dos objetivos de proteção ambiental contribuindo para a proliferação dos chamados “parques de papel”, ou melhor, parques que não funcionam de maneira adequada só existindo teoricamente. (CIFUENTES et al, 2000).

Conhecer as práticas culturais e a utilização dos recursos naturais pelas comunidades que já habitavam o ambiente é imprescindível para se fazer um manejo adequado da área protegida, embora não seja um processo simples e rápido.

Para ser percebido como Parque Nacional, com o intuito de preservação ambiental, é preciso desmontar a predominância dos princípios ecológicos os quais são justificáveis em primeira ordem como absolutos, como se fossem os únicos a regular o ambiente. De acordo com Leff (2002) será preciso reconhecer que o ambiente que circunda as espécies e as populações biológicas é uma categoria sociológica (e não biológica), relativa a uma racionalidade social.

4.3.1 - A leitura da gestão do PARNASI sobre o impacto ambiental produzido nas comunidades.

Se considerarmos que a preservação ambiental depende muito mais da concepção de ambiente e sociedade que os indivíduos carregam do que da constatação

fatalista do esgotamento dos recursos naturais, teremos então os dois lados de uma mesma moeda.

Segundo o gestor atual do PARNASI, o impacto ambiental gerado nas comunidades, em sua visão, é sempre positivo.

“O impacto da criação de uma unidade de conservação é sempre positivo”. Primeiro as unidades de conservação hoje, acabaram sendo as únicas alternativas que ainda se pode contar para a proteção da biodiversidade, bem como, garante na localidade, os atributos naturais, que com certeza se não tiver a unidade de conservação se acabam. Existe algumas necessidades das comunidades que se não tiver a unidade de conservação, ficam sem, como, por exemplo, a água. Uma das grandes justificativas da criação do PARNASI foi o potencial hídrico daquela região, O Bom Jardim é abastecido com a água que vem do pé da serra, já pensou aquilo tudo “pelado” se não tem aquela mata, fica sem água. Pode ser fazer uma relação positiva com as comunidades de mudança de comportamento com relação ao uso dos recursos naturais que a vida toda se pensou que não acabariam. (Marleno, gestor do PARNASI).

No entendimento do gestor o impacto ambiental deve ser considerado sempre como mínimo, pois os benefícios ecológicos são grandiosos e para todos sendo necessária uma mudança radical na maneira de utilização dos recursos e de seus usos pelas comunidades.

O fogo sempre foi utilizado nas práticas agrícolas em unidades de conservação e se você faz um trabalho de mostrar os pontos positivos de utilização do fogo, mas também os pontos negativos e que é possível desenvolver metodologias de limpeza de área, sem o uso do fogo, você muda o comportamento, você muda o olhar das comunidades, é mais um ganho que a comunidade tem com a unidade de conservação. As pessoas caçavam e achavam que aqueles bichos nunca iriam se acabar, retirada de lenha, de madeira, então essa exploração direta dos recursos naturais, que a unidade de conservação, pelo menos inibi, é o principal argumento dessas limitações. Mas, o impacto dessas limitações é pra criar um benefício, não é um prejuízo. (Marleno, gestor do PARNASI).

No intuito de concretizar essa mudança de comportamento, até antes da implementação do PARNASI, foi criado um projeto de educação ambiental desenvolvido pelo IBAMA, intitulado: “A serra vai à escola e a escola vai a serra”.

Todas as escolas dos municípios de Areia Branca e Itabaiana foram visitadas e posteriormente foi promovido a ida destas à Serra. Nas ocasiões, realizaram-se palestras informativas com o objetivo de sensibilizar os estudantes e professores sobre o projeto de conservação da natureza na região.

Uma forma importante de ir a comunidade é desenvolvendo ações especialmente na área de educação ambiental. Ainda é uma ferramenta muito importante para se chegar a comunidade, através da educação ambiental. (Marleno, gestor do PARNASI).

De acordo com Gerhardt (2007) é preciso analisar melhor os projetos de educação ambiental, os quais tem o aspecto positivo de ouvir as opiniões dos envolvidos no processo de preservação ambiental fazendo com que as comunidades sintam o programa como parte integrante do seu cotidiano, embora alguns apresentem metodologias pautadas apenas na transmissão de conhecimentos, modelos prontos de educação nem sempre compatíveis com a realidade local.

Atualmente, na perspectiva de uma mudança de comportamento das comunidades enfatizada pela gestão do PARNASI como imprescindível para o manejo da área, as estratégias são realizadas principalmente de duas formas: através da brigada de incêndio e nas fiscalizações.

No caso hoje, lá no Parque, a gente tem uma relação de conhecimento e sensibilização muito grande que a gente faz com a brigada. A brigada a gente usa não só para combater incêndio, mas, no trabalho de prevenção, de contato e orientação. (Marleno, gestor do PARNASI).

Outra forma de estabelecer contato com as comunidades é através da fiscalização. Porque a fiscalização não é só pra fiscalizar, pra punir, pra lavrar auto de infração. Ela é também para conversar com a pessoa... – Olha aqui não pode! Você já cortou aqui mas não corte mais... (Marleno, gestor do PARNASI).

Destaca-se que embora as estratégias apresentadas sejam bastante necessárias, as mudanças se realizam de dentro para fora, ou seja, é preciso ir além das questões ecológicas aparentes.

4.3.2 - A necessidade de uma compreensão sociológica das questões ambientais

Na construção do desenvolvimento sustentável precisamos de uma abordagem holística e interdisciplinar, na qual cientistas naturais e sociais trabalhem juntos em favor do alcance de caminhos sábios para o uso e aproveitamento dos recursos da natureza. (SACHS, 2000).

A restrição do acesso de humanos em determinados ambientes para proteger os recursos naturais não é um consenso. Para comunidades que sempre viveram e tem como principal alternativa de sobrevivência o uso do solo, da água, da fauna,

difícilmente, verá benefícios na criação de uma unidade de conservação de uso integral. Até mesmo porque as alternativas propostas nem sempre são adequadas à realidade local e além de mostrar alternativas é preciso, também, construir junto e orientar continuamente.

Esses desencontros de concepções podem ocasionar conflitos ambientais. Esses conflitos ocorrem quando um grupo tem a continuidade das formas sociais de apropriação do meio em que desenvolvem ameaçadas por impactos indesejáveis transmitidos pelo solo, água, ar ou sistemas vivos decorrentes do exercício das práticas de outros grupos. (ACSERLALD, 2004).

Os conflitos ambientais não são, sobretudo, ecológicos. São principalmente sociais, embora seja verdade que até poucas décadas não se tinha nenhum corpo teórico ou investigação no sentido de uma interpretação particularizada da relação entre sociedade e ambiente no campo sociológico. (HANNIGAN, 1995).

Esse entendimento de que as questões ambientais precisam e devem ser pensadas como questões sociais só agora no último quarto de século conseguiram ser pensadas em termos sociológicos. Deste modo, os sociólogos têm demonstrado uma maior preocupação com o meio ambiente relativamente ao que acontecia no passado, pois muitos autores assinaram a necessidade de dedicarem uma maior atenção à questão ambiental, uma vez que os problemas ambientais enfrentados na atualidade teriam raízes em processos sociais (LENZI, 2006).

Não obstante, é preciso considerar que ambiente refere-se à ampla visão de unicidade entre homem e natureza, e ao utilizá-lo designa-se uma relação necessária em que o homem é natureza e que a natureza incorpora o humano.

Portanto, quem sabe assim se possa reconhecer que o parque nacional foi criado, bem como que se possam criar estratégias que reflitam não só preocupações ecológicas, do ambiente físico, mas todo o contexto social circundante.

4.4 – O encontro desejado: a construção do plano de manejo do Parque Nacional Serra de Itabaiana

A elaboração de um coerente plano de manejo é instrumento fundamental para o encontro esperado entre ambiente e sociedade, em uma unidade de conservação. O Plano de Manejo é um documento técnico fundamentado nos objetivos gerais da

Unidade de Conservação, nele se estabelece o zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da Unidade (SNUC, 2000).

De acordo com art. 27, parágrafo 1º, do SNUC (2002), o Plano de Manejo deve abranger a área da Unidade de Conservação, sua Zona de Amortecimento e os corredores ecológicos. E deve ser elaborado no prazo de cinco anos da data de sua criação. (SNUC, 2006).

No caso do PARNASI, já se passaram oito anos da sua criação e o plano de manejo ainda está em andamento. A elaboração começou em setembro de 2013 e a previsão é que até o final de abril de 2014 o mesmo estará pronto.

A atual gestão do Parque atribui esse atraso a dois fatores, basicamente: a escassez de recursos e a mudança da gestão, do IBAMA para o ICMBio.

Para Itabaiana estipula-se uma média de quatrocentos mil reais para fazer o Plano de Manejo. Você disponibilizar esse tamanho de recurso, que não é só pra Itabaiana, são várias UCs no Brasil que não tem, fica complicado... Então a dificuldade maior foi a falta de recursos. Depois disso, outro agravante é que o Parque foi criado num momento de mudança de instituição. A gestão das UCs federais eram de responsabilidade do IBAMA e em 2007 foi criado o ICMBio, e esse instituto uma vez criado, teve que investir muito na sua organização enquanto instituição que num é nada fácil. E, de novo... Num instituto que não tem muito privilégio na obtenção de recursos, o orçamento do ICMBio é sempre escasso, fica difícil! (Marleno, gestor do Parque).

Entretanto, como forma de minimizar o agravante financeiro o governo federal determinou, a partir de 2009, que o plano de manejo não seria mais realizado mediante contratação de empresa privada, cabendo ao ICMBio a responsabilidade de convidar bons pesquisadores para auxiliar tecnicamente, bem como mobilizar as comunidades do entorno para acompanhar o processo.

Deste modo, no momento atual, o plano de manejo do PARNASI encontra-se em fase de desenvolvimento. O primeiro passo foi montar uma equipe formada por profissionais do ICMBio, que visitou atores sociais relevantes ao processo através de algumas instituições (UFS, INCRA, SEMARH, dentre outras), em seguida realizou-se um diagnóstico socioambiental, como base em pesquisas, inclusive, anteriores a institucionalização do PARNASI. Para garantir que seja um processo democrático estão previstas reuniões abertas com as comunidades dos municípios envolvidos:

Essas reuniões abertas é, exatamente, o momento em que a gente vai nas comunidades, pega duas ou três comunidade pequenas e junta em uma... Convida as pessoas, que é pra justamente ter essa percepção deles em relação ao Parque. (Marleno, gestor do Parque).

Após essas reuniões o próximo passo será a realização de oficinas com a finalidade de angariar subsídios para o planejamento. Essas oficinas devem contar com o envolvimento dos mais diversos segmentos da sociedade, bem como a visão e as expectativa das comunidades em relação à UC.

Nas oficinas, com os pesquisadores, são convidadas também pessoas da comunidade... Não é só pra pesquisador! Por exemplo, outras instâncias serão convidadas como bombeiros, que nos ajuda na questão dos incêndios, o pessoal do ecoturismo, ministério público... A prefeitura é fundamental! As oficinas são dos pesquisadores, mas eles vão apresentar para a comunidade aquilo que eles descobriram ao longo do tempo do ponto de vista da biodiversidade e também da questão social. (Marleno, gestor do Parque).

Após as oficinas haverá uma plenária maior onde serão apresentados os resultados das discussões. Posteriormente haverá uma reunião técnica com pesquisadores e membros do ICMBio, os quais apresentarão uma síntese do que fora discutido e em seguida será levado para aprovação popular. Uma vez aprovado pela plateia presente o documento é confeccionado e está criado o Plano de Manejo. Todo esse processo segue orientação do Roteiro Metodológico para o Planejamento de Unidades de Conservação de Uso Indireto.

Portanto, o processo de elaboração do plano de manejo é um ciclo contínuo de consulta e tomada de decisão com base no entendimento das questões ambientais, socioeconômicas, históricas, culturais e simbólicas que caracterizam uma Unidade de Conservação e as comunidades do seu entorno.

Em uma construção participativa, pode ser que se retirem as amarras do contexto político local, que ainda assombra as localidades, com os órgãos ambientais assumindo as rédeas do processo e as responsabilidades cabíveis. Assim como, em um processo participativo, alterações socioambientais “invisíveis” as fiscalizações, podem ser expostas, não apenas para pregar punições, mas no intuito de encontrar alternativas, conexões coerentes entre as comunidades e a área protegida.

4.5 - Breves Considerações

Os problemas ambientais advindos do esgotamento dos recursos naturais, não serão dizimados apenas com a criação de unidades de conservação, embora se reconheça a importância da principal estratégia de política ambiental brasileira. É imprescindível, que os atores sociais envolvidos na área a ser preservada, participem do processo decisório, e não só estejam presentes.

Deste modo, desconstruir a ideia de ambiente, como algo físico e biológico, o ambiente faz parte de todos nós, somos ambiente, sendo assim, não tem como dissociar das relações sociais, da existência humana, das condições de vida comunitária. Ao pensar, neste itinerário, campos do conhecimento como a sociologia, são convidados, convocados a participar de uma construção coletiva, da construção de estratégias de manejo que possibilitem o encontro entre ambiente e sociedade.

Capítulo 5 – Entre a Malhada e a Serra

*Afagar a terra
conhecer os desejos da terra
cio da terra, propícia estação
de fecundar o chão.*

Milton Nascimento e Chico Buarque, *Cio da terra*.

Após a institucionalização do Parque Nacional Serra de Itabaiana é preciso analisar o que mudou nas comunidades do entorno. Notoriamente, as primeiras alterações devem aparecer no cotidiano local, posto principalmente, na maneira de utilização dos recursos naturais e nos sentidos agora formulados sobre o ambiente protegido.

5.1 – O cotidiano no Bom Jardim

No Bom Jardim, à primeira vista, observa-se que o cotidiano dos moradores pouco se alterou após a institucionalização do PARNASI. As expectativas relacionadas ao fortalecimento do turismo nunca foram consolidadas, bem como as atividades tradicionalmente desenvolvidas continuam a ser realizadas, pois não há cercas definindo os limites físicos do Parque nem tão pouco efetivo suficiente para constantes operações de fiscalização em toda a área.

Conforme pesquisa quantitativa realizada pelo grupo de estudos GEPPIP, no ano de 2012, e que teve como principal finalidade traçar o perfil socioeconômico das pessoas que compõem as comunidades do entorno do PARNASI, observa-se que as mudanças ocorridas na comunidade, com o advento do Parque, apresentam-se muito parcamente.

	N.	%
Não mudou	49	81,7
Melhorou	6	10,0
Piorou	5	8,3
Total	60	100,0

Tabela 04: Avaliação dos moradores do Bom Jardim sobre as alterações decorrentes da implantação do PARNASI.

Fonte: GEPPIP, 2012

Outra constatação importante é que a principal atividade econômica⁴³ do povoado, de acordo com a amostra dos questionários, ainda continua sendo a agricultura, embora nas últimas décadas, outras ocupações tenham sido incorporadas ao contexto local.

	N.	%
Aposentado	12	20,0
Agricultor	30	50,0
Doméstica	2	3,3
Dona de casa	3	5,0
Motorista	2	3,3
F. público	2	3,3
Desempregada	1	1,8
Ass. Com/Ind	3	5,0
Pintor	2	3,3
N.R.	3	5,0
Total	60	100,0

Tabela 5: Ocupações no pov. Bom Jardim
Fonte: GEPIPI, 2012

Deste modo, se pode acompanhar o cotidiano dos moradores do Bom Jardim pelo trabalho na terra, pois a agricultura é relacionada à própria vida e muitas vezes é a vida dos comunitários. Assim, não se começa a preparar a terra e a plantar ao acaso, esse processo depende de toda uma organização social e simbólica.

Tendo uma organização social ainda muito influenciada pela religião católica não é de se estranhar que o calendário agrícola também seja permeado por elementos sobrenaturais, os quais independem até das probabilidades das condições ambientais favoráveis, como por exemplo: o dia de São José (19 de março) sinaliza o início do plantio do milho e se chover nesse dia, Deus dará uma boa colheita a ser realizada em São João ou São Pedro. Ainda de acordo com a sabedoria popular se não houver algum chuveiro nesse dia será um período difícil e de colheita escassa.

⁴³ Embora não se possa contabilizar como profissão, os moradores do Bom Jardim, incluem o Jogo do bicho no rol das atividades econômicas do povoado. Bem como, a extração de pedras e areia, é uma das atividades que mais cresce na localidade e de modo geral em Itabaiana, destinada, sobretudo, a construção civil.

O cotidiano⁴⁴ no povoado Bom Jardim pode ser assim visualizado:

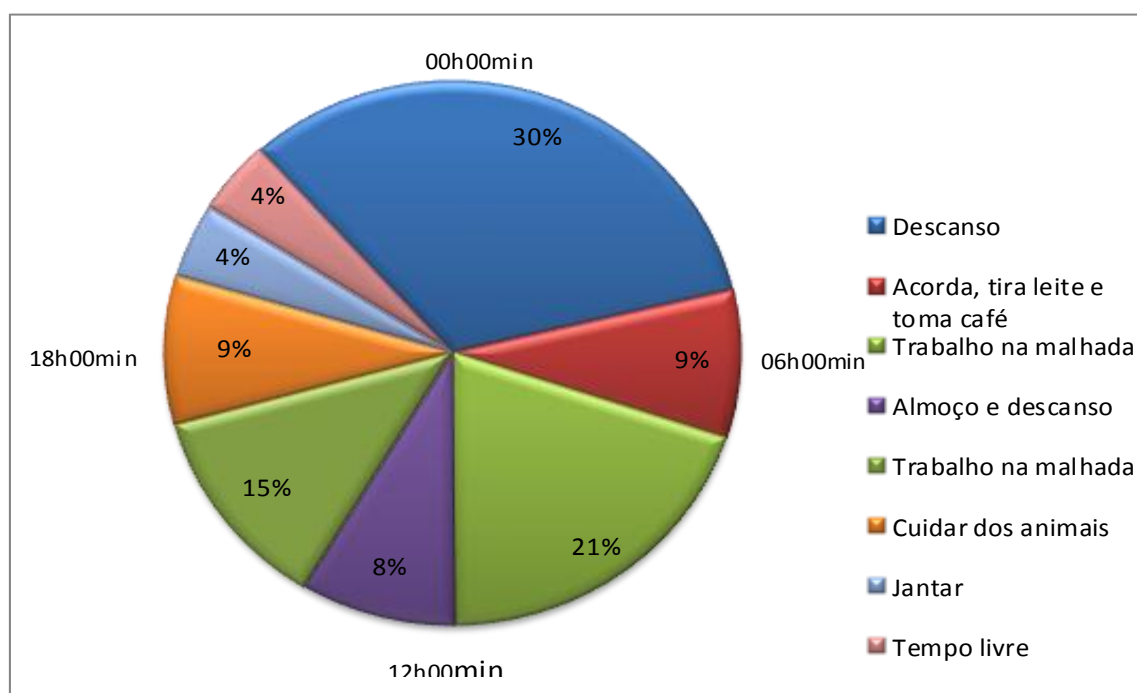


Figura 06: Rotina diária na agricultura dos moradores do Bom Jardim
Fonte: Trabalho de campo 2013.

Conforme se observa, salvo os dias de feira (quarta e sábado), a rotina segue sempre a mesma dinâmica, com destaque para o trabalho na malhada que ocupa boa parte do dia.

É aqui que eu me sinto bem. Às vezes eu nem volto pra casa pra almoçar, a mulher que manda a comida. Só vou embora lá pra cinco horas da tarde. (José Gonçalves, agricultor/feirante).

Contudo, tendo ou não uma malhada a agricultura é praticada pela maioria dos moradores do Bom Jardim, pois além de reduzir os custos com alimentação se tem uma garantia de consumir alimentos de boa procedência. Muitas vezes é no próprio quintal ou em qualquer pequena faixa de terra ociosa cultivável (coisa rara naquele lugar) que os moradores cultivam a terra e plantam os alimentos auxiliando no sustento da família.

Associado a agricultura, geralmente, há a criação de algumas poucas cabeças de gado⁴⁵, para o consumo de leite doméstico, um ou dois cavalos (para puxar carroça) e alguns caprinos.

O manejo dos animais acontece em momentos intercalado ao trabalho na malhada durante todo o dia. Bem cedo são levados a pastar, em pasto gordo, e ao final

⁴⁴ A rotina diária foi observada nas quatro famílias das pessoas elencadas nas entrevistas profundas.

⁴⁵ Cinco ou seis cabeças.

do dia retornam para uma pequena baia, às vezes no próprio quintal de casa, onde descansam em segurança.

Assim que eu acordo vou logo ver minhas vaquinhas! Tiro o leite, depois vou cuidar das bichinhas, alimentar, dar água. De tardezinha eu “torno” a cuidar. (Zé da Luz, agricultor)

Como complemento à alimentação, como base em ração e farelo, é oferecido aos animais a sobra da folhagem⁴⁶ do amendoim, do feijão, etc. e o esterco⁴⁷ produzido pelos mesmos parte é vendido e outra volta para a terra em forma de adubo.



Figura 07: Manejo de animais no Bom Jardim. Na parte superior criação de animais em pequenos espaços no Bom Jardim e na parte inferior animais soltos em pequenas pastagens na comunidade.

Fonte: Trabalho de campo, 2013.

Observa-se que o manejo de animais segue uma lógica: tudo o que se pode é cuidadosamente aproveitado, prolongando o uso dos recursos e evitando desperdícios.

⁴⁶ Segundo os agricultores, este complemento é muito apreciado pelos animais.

⁴⁷ Excremento de animais, apodrecidos, que servem como adubo.

Existe também uma nítida relação do trabalho com os valores, as tradições, as crenças e os costumes, os quais constroem um sentimento de afeto e zelo para com o ambiente.

Eu trabalho na agricultura porque gosto e acho bonito! Eu faço isso desde menino! Você chegar numa malhada prepara a terra, planta, ver crescer... É bonito! É bonito demais! Você sabe a procedência de tudo... foi tudo bem cuidado, com gosto... Vale a pena! (José Gonçalves, agricultor/feirante).

Contudo, o trabalho realizado nas malhadas merece atenção, não apenas por ser o ambiente em que os agricultores dedicam a maior parte do seu tempo, mas por estarem localizadas justamente nos limites estabelecidos pelo parque, no pé da serra, quando não estão situadas para além desses limites.

5.2 - As “malhadas” do Bom Jardim

A malhada é uma terra produtiva, três ou quatro tarefas aproximadamente, onde se desenvolve a agricultura. É uma terra muito boa para o cultivo, porém seca, enxuta e geralmente utilizada no inverno⁴⁸. Nela se cultiva os alimentos que resistem mais ao terreno seco e ao sol intenso, assim como se cultiva os alimentos de maior aceitação na feira e que oferece melhor retorno financeiro ao agricultor.

Deste modo, o cultivo das malhadas é de fundamental importância para a alimentação da família, como se pode visualizar na figura 08, bem como a comercialização do excedente e é a responsável pela composição de grande parte da renda financeira no Bom Jardim.

⁴⁸ Os agricultores do Bom Jardim não utilizam irrigação na agricultura, bem como, antigamente as malhadas do Bom Jardim também eram utilizadas no verão para o plantio de algodão, vendido *no grosso*, na feira de Itabaiana.



Figura 08: ao lado esquerdo o amanhecer nas malhadas do Bom Jardim e no lado direito o começo do dia de trabalho em uma malhada que contem o plantio consorciado de alimentos.
Fonte: Trabalho de campo, 2013.

Nos meses que antecedem chuva, as malhadas são cuidadosamente preparadas sempre à espera de um inverno generoso. O cultivo das malhadas é geralmente uma atividade do chefe da família⁴⁹, o que não descarta, em casos de necessidade, a contratação de serviço temporário de trabalhadores e em época de colheita a ajuda de toda a família.

O plantio das malhadas segue os métodos convencionais, com o uso da enxada, estrovinga, etc. e utilizam também agrotóxicos, embora, segundo os próprios agricultores, em moderada medida, pois acreditam ser fundamentalmente necessário para a garantia da colheita. São muitas as pragas que danificam o plantio muito ligeiramente.

Sem o remédio (agrotóxico) uma plantação de quiabo se perde logo, logo... Num é que a gente goste de usar não, mas vai perder tudo? Depois, hoje, na feira, dificilmente você encontra um quiabo puro, sem nada. (Arthur Bispo, agricultor).

Algumas culturas seguem o processo acima exposto, porém é mais comum ver esta prática no plantio do quiabo.

⁴⁹ É muito comum ver homens de 70 ou 80 anos que dão conta de uma malhada sozinho. Estes, reclamam ajuda apenas nos período de plantio e colheita, onde é necessário mais agilidade e brevidade no processo.

No Bom Jardim, um dos produtos mais cultivados é o amendoim que em tempo de colheita é necessário mais que a força de trabalho familiar. É convocada uma força tarefa composta por mulheres que antes mesmo do sol raiar já se aglomeram nas malhadas para “espinicar” o amendoim em um processo simples, mas que exige habilidade. À medida que os homens⁵⁰, *rasgando o bucho do chão*, retiram os pés de amendoim, colocando-os com as bajes para cima, as mulheres retiram essas bajes com os dedos, colocando em medidas⁵¹.

Entretanto, o trabalho na malhada é basicamente familiar e segue a lógica do parentesco.

Eu trabalho na minha malhada, cuido da malhada do meu pai e cuido da malhada do meu sogro. Quando o trabalho tá demais eu chamo dois trabalhador⁵². Um casado com uma tia minha e outro que chega a ser meu primo. (José Gonçalves, agricultor/feirante).

Eu, meu irmão... a gente é que cuida da malhada de meu avô. Ele tem mais de 90 anos! É melhor que botar pessoa que a gente num conhece pra trabalhar lá. Ele só confia em nós! (João Cabral, motorista/agricultor).

As malhadas representam o sentido da vida de uma comunidade, que da agricultura se orgulha de sustentar toda a família. Contudo, além das mesmas, dois outros tipos de áreas cultiváveis no Bom Jardim podem ser destacados: a roça e o brejo.

A roça é construída a partir da derrubada de uma área de mata nativa, em que se extrai a madeira para lenha, e em seguida se faz o roçado (limpa a área), atea fogo e planta sem estrume, pois não há necessidade, uma vez que a terra está descansada.

Você roça, aproveita a lenha, toca fogo! Aí nosso senhor manda chuva... aí com uma enxadinha pequena é só cavando no meio das pedra e plantando. (José Gonçalves, agricultor/feirante).

É cada milho! Pra mim é o milho mais gosto que tem é o de roça, porque você num bota estrume, num bota nada! (Zé da Luz, agricultor).

Os alimentos produzidos na roça são considerados os melhores em qualidade, mais vistosos e saborosos. Entretanto, para se fazer uma boa roça, era preciso adentrar a área do Parque, derrubar a mata e queimar a terra. Uma alteração importante desde a

⁵⁰ Geralmente o dono da malhada, filhos e/ou um ou dois trabalhadores contratados para trabalhar em regime de diária. “no dia”, como dizem.

⁵¹ Recebem por medidas extraídas. O valor pago não foi informado, porém, comenta-se que ao final do trabalho a quantia somada é baixa em relação aos valores pagos a trabalhadores diaristas.

⁵² O trabalhador é um homem que oferece serviços braçais e recebe o valor de uma diária por isso. Geralmente são agregados (cunhados, genros, etc.).

implantação do PARNASI é que não se faz mais roças no Bom Jardim, pois as clareiras são visíveis a quilômetros, como exposto na figura 09 abaixo, há o receio de punição, transferindo os cultivos para as malhadas.

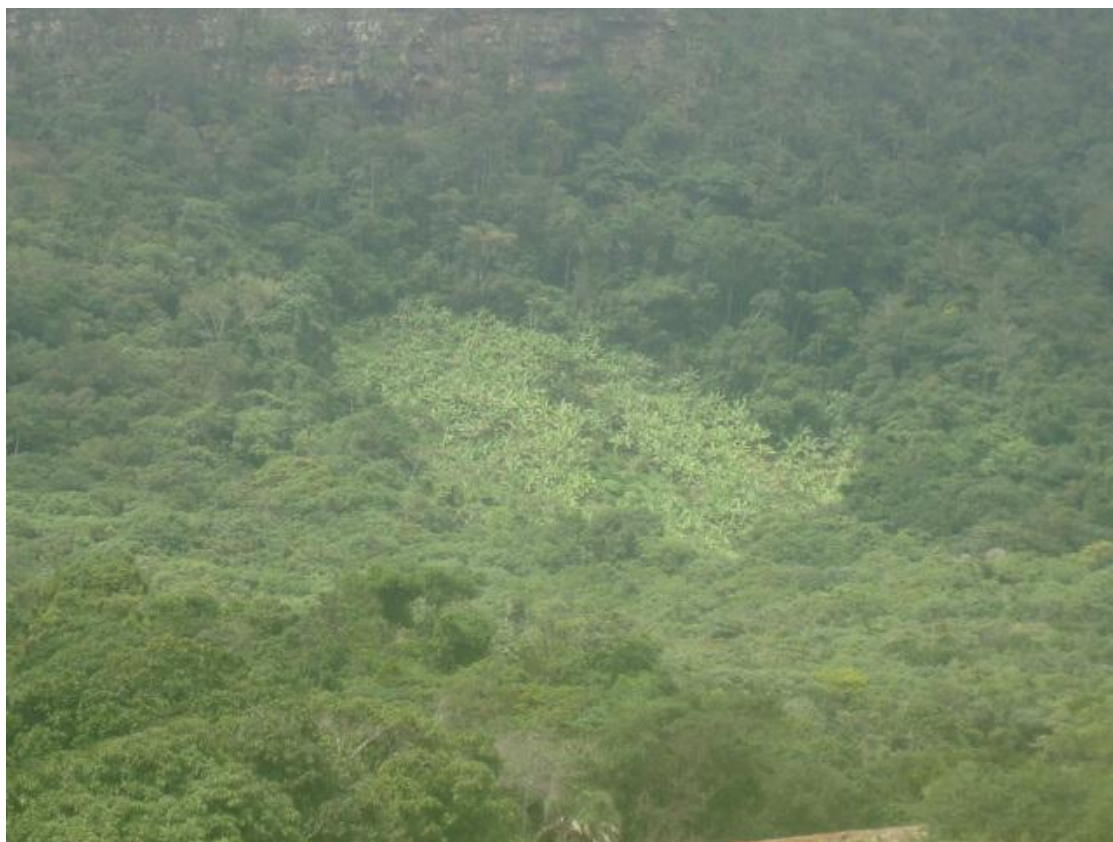


Figura 09: Roça de banana nos limites do PARNASI e pertencente a moradores do Bom Jardim a mais de 50 anos.

Fonte: trabalho de campo, 2013.

Contudo, as malhadas estão localizadas, em sua maioria, na parte mais alta do Bom Jardim entre a área residencial e a Serra, revelando um grave problema ambiental, uma vez que, a diminuição da área cultivável favorece o uso mais intensivo das malhadas e o avanço das mesmas sobre a área protegida.

A disponibilidade das áreas cultiváveis é um dos grandes desafios do Bom Jardim, pois delas dependem a produção dos alimentos. Deste modo, o brejo, também é utilizado, é um terreno úmido e alagado. Os agricultores utilizam esses terrenos para cultivar os produtos mais adaptados à umidade do solo, como o quiabo, por exemplo.

Produtos	
Malhada	Milho, feijão, manaíba, macaxeira, amendoim, maxixe e fava
Roça/Malhada	Fava, manaíba, milho
Brejo	Quiabo, maxixe, pimentão e cheiro verde

Tabela 06: Principais produtos cultivados no Bom Jardim
Fonte: pesquisa de campo do autor, 2013

Após separar os melhores produtos e a quantidade suficiente para a alimentação da família alguns agricultores da comunidade comercializam o excedente na feira de Itabaiana. O comércio desses produtos é uma atividade intimamente relacionada ao cultivo da terra e essas duas atividades se complementam com grande satisfação no “neguceio” na feira.

5.2.1 - O “neguciar” na feira de Itabaiana

*Neguciar*⁵³ na feira é uma atividade muito antiga em Itabaiana, assim como no povoado Bom Jardim, passou de pai para filho ou *nasce com todo itabaianense*, conforme acreditam.

A melhor coisa do mundo é “neguciar”! Como diz meu avô, é melhor vender bola de cachimbo na feira que trabalhar para os outros. E eu lá quero ser cativo de ninguém! (Aderaldo Ferreira, motorista/agricultor)

O fluxo rápido de dinheiro vivo que o *neguciar* proporciona parece ser um dos fatores que mais seduz na atividade onde geralmente o feirante é o mesmo agricultor da malhada. O produto da malhada alimenta a feira.

Apesar de gostar mais da malhada é da feira que eu tiro meu sustento. A malhada, hoje, é pra me ajuda na feira. Porque se eu viver da malhada eu só tenho dinheiro de dois em dois mês que é o tempo de plantar e colher... Na feira não, eu tenho dinheiro é todo dia! (José Gonçalves, agricultor/feirante).

⁵³ *Neguciar* é a expressão que os comerciantes utilizam para se referir a atividade comercial na feira.

Atualmente, há cerca de dez pessoas que possuem oficialmente banca na feira de Itabaiana, além de tantas outras que negociam no *grosso* ou vendem nas mais diversas feiras de Aracaju e cidades circunvizinhas.

A venda dos produtos na feira de Itabaiana se dá de duas formas: através das bancas, na parte interna do mercado e, no *grosso*, na parte de fora.

A venda realizada do lado de fora da feira se inicia ainda de madrugada, se estendendo até, aproximadamente, nove ou dez da manhã. Os produtos vendidos, em geral, quiabo, maxixe, feijão, vagem, milho e amendoim, são destinados a feirantes locais, de cidades vizinhas e de Aracaju que abastecem o mercado e feiras da cidade.

A venda se dá da seguinte forma: rodeado de sacos, seja de quiabos, feijão, vagem, etc., o *neguiente* precisa de muita habilidade para convencer os demais a comprar seus produtos, pois os preços oscilam muito. Um saco de quiabo, por exemplo, que no início da feira custa em média 35 reais, com o passar das horas o preço vai reduzindo gradativamente para 30 reais, 25 reais e a depender do dia acaba sendo vendido por 20 reais. Habilidade e astúcia, nesse momento, são cruciais, pois o mais importante é vender tudo, dificilmente se volta com a mercadoria.

No Bom Jardim, para que o produto saia das malhadas e chegue à feira é necessário um mediador. Nesse caso, surge Carlinhos Liro, um agricultor e feirante de muito prestígio no povoado. Muita gente que deseja vender seus produtos recorre a ele, pois possui uma banca no mercado de Itabaiana, uma larga rede de conhecimento e fama de homem justo e bom para os negócios.

Todo mundo aqui no Bom Jardim que tem alguma coisa pra vender na feira, seja manga, milho, maxixe, quiabo, o que for... Traz aqui ou eu vou pegar e levo pra vender. Num anoto nada, é tudo de cabeça... quando chego vou de um por um e pago conforme vendi... Por exemplo: se eu começo a vender o saco a 30 reais e termino de 15 reais, eu faço uma média e pago um pelo outro. (José Gonçalves, agricultor/feirante).

Há dias que Carlinhos leva, entre sacos e caixas, setenta volumes. Dos produtos levados à feira, Carlinhos retira uma porcentagem, que nunca é contestada pelos demais, bem como uma taxa pela logística. A relação é pautada em muita confiança e reciprocidade, de modo que o preço que ele disser que vende nunca é contestado.

Portanto, a atividade de *negociar* na feira ganha papel de destaque no povoado Bom Jardim, não apenas pelo fluxo de recurso que garante o mínimo de segurança

financeira à família, mas, por gerar e fortalecer laços de solidariedade e confiança entre os moradores.

5.3 - As “cercas invisíveis”

Sendo as malhadas imprescindíveis para o desenvolvimento de toda a dinâmica socioeconômica do Bom jardim, são também, sem dúvida, os terrenos mais difíceis de serem fiscalizados e de pouquinho em pouquinho podem ir avançando sobre o Parque. A área do PARNASI é definida, mas não dispõe de cercas, tão pouco placas, que sinalizem com exatidão os seus limites físicos.

A fiscalização é incumbência dos fiscais do ICMBio⁵⁴. Há um planejamento anual, dividido em duas etapas (primeiro e segundo semestre), neste momento é realizado um mapa com todas as operações e encaminhado à sede do Instituto em Brasília para ser incluído no planejamento estratégico nacional. Devido a grande demanda e o reduzido quadro efetivo são realizadas de três a quatro fiscalizações por ano.

Toda UC deveria ser lotada de fiscais! Isso aí depende muito de um concurso voltado pra essa finalidade... A quantidade de servidores é escassa. Uma operação deve constar de no mínimo quatro pessoas, segundo a lei não pode ser menos disso. Hoje, em Sergipe, há apenas uma pessoa capacitada pra isso, portanto, quando há necessidade nós fazemos o planejamento e solicitamos fiscais nos Estados vizinhos (Bahia, Alagoas, Pernambuco). (Marleno, gestor do Parque).

Mesmo sendo poucas, nas operações de fiscalização ocorridas no povoado Bom Jardim, sempre há autos de infração registrados.

Teve um cidadão aqui, que tava cavando pedra perto do terreno dele. Terreno dele! O IBAMA veio, tomou as ferramentas, prendeu, processou e ele teve que ainda trabalhar na escola⁵⁵, até os policiais mesmo dizia: Como é que pode... Um coitado desse! (Aderaldo Ferreira, motorista/agricultor).

E apesar da fiscalização ocorrer conforme planejamento do ICMBio e respaldada pela impessoalidade dos fiscais do IBAMA, segundo os moradores do Bom Jardim, é possível que contexto político local, ainda pautado em relações personalísticas, favoreça uns em detrimento de outros.

⁵⁴ Devido as dificuldades de déficit de pessoal, quando necessário, o ICMBio solicita ao IBAMA um suporte na fiscalização. No momento, o ICMBio consta apenas com um fiscal capacitado lotado na FLONA do Ibura.

⁵⁵ Pena alternativa.

Aí antecedendo as eleições, o cidadão, não que seja rico, mas tem conhecimento... Botou uma retroescavadeira pra cavar pedra pra dar pro povo! E mais... teve autorização do IBAMA! Todo mundo viu! Como é que explica isso? Ele tá envolvido na política dos grandes!(Aderaldo Ferreira, motorista/agricultor).

No Bom Jardim ainda predomina o entendimento de que a política local é a predominante e mesmo diante das leis, inclusive ambientais, é algo muito forte no discurso dos moradores.

A falta de proximidade da gestão do PARNASI, não só na fiscalização, mas no acompanhamento das atividades produtivas das comunidades do entorno, bem como a falta de um Plano de manejo potencializa ainda mais esse entendimento.

5.4 - Breves Considerações

A rica descrição sobre as malhadas, neste capítulo, tem múltiplos significados. Primeiro é necessário considerá-las como parte da cultura, mas não uma cultura entendida como um pacote de características que diferenciam uns dos outros, concebendo a cultura como um sistema de relações de sentidos. (CANCLINI, 2007).

As relações de sentido nas malhadas do Bom Jardim foram e são construídas cotidianamente, em um movimento contínuo entre existência de uma comunidade e uma exuberante serra, fonte de recursos naturais. Neste percurso, não há o olhar de revisão sobre o que seja a preservação ambiental, há a continuidade de um modo de vida.

Contudo, o que se propõe com a implantação de uma unidade de conservação, sobretudo, é uma maneira sustentável de utilização dos recursos naturais, regulados por normas e decretos. Ou seja, há de se produzir os sentidos para seguir as devidas orientações.

Assim sendo, as alterações ambientais produzidas podem ser pensadas como reflexos dos desencontros de sentido, os quais podem ser superados encontrando o ponto *inter*, no caso específico, o ponto *inter* pode ter início em uma boa elaboração do plano de manejo do Parque Nacional Serra de Itabaiana.

Capítulo 6 - Considerações Finais

*A terra é um bem comum
Que pertence a cada um
Com o seu poder além
Deus fez a grande natura
Mas não passou escritura
Da terra para ninguém*

Patativa do Assaré, *A terra é nossa*.

No pé da Serra de Itabaiana o dia começa antes de o sol raiar, todos os dias do ano. As 04h da manhã, agricultores, como Antônio Gonçalves, levantam da cama para mais uma longa jornada: a alimentação e ordenha das vacas são as primeiras atividades, pois provavelmente o leite será utilizado no consumo doméstico. No retorno para casa, já o espera um reforçado café da manhã que rapidamente será consumido para não atrapalhar os afazeres do dia, o trabalho mais prazeroso, o trabalho na malhada.

A malhada não é só uma terra produtiva, é uma terra de partilha onde os agricultores depositam os seus sonhos, de criar bem os seus filhos com o fruto do trabalho.

Próximo do meio dia as ferramentas – enxadas, facão, foice – são cuidadosamente recolhidas e inicia-se a marcha rumo ao almoço, muitas vezes, intercalada por uma breve parada, no bar de Ambrósio, com a finalidade de “abrir o apetite” com um bom aperitivo.

Após um breve descanso, após o almoço, é hora de retomar as atividades na malhada que se estende até “boca da noite”. Sempre há muito que se fazer na malhada e depois de todo um dia dedicado ao trabalho, à noite, não muito tarde, o sono o convida para o repouso.

Em um primeiro momento esse parece ser um cotidiano pouco expressivo e sem grandes sobressaltos ao longo do tempo. Contudo, analisando cientificamente, foi descoberto que “Entre a Malhada e o Parque” são relevados os meandros da vivência comunitária e os mais decisivos elementos que constituíram o “pé da serra de Itabaiana”, no tocante ao povoado Bom Jardim em suas mais significativas alterações socioambientais após a implantação do PARNASI.

Conversando descontraidamente nos bares e muito sério na casa dos agricultores, se divertindo juntos nas cachoeiras, rezando o terço com os homens, trabalhando e “espinicando” amendoim nas malhadas e vendendo na feira também se pode fazer um

trabalho sistemático de investigação científica, entretanto leve, no sentido de não somente extrair informações, mas de poder ser aceito na comunidade como pesquisador e participar ativamente dos momentos do cotidiano local.

Foi a partir da aceitação do pesquisador na comunidade e do contato face a face com homens muito sérios, sisudos e desconfiados que paradoxalmente se pode receber toda a hospitalidade da comunidade.

Convivendo com a comunidade o trabalho avançou e a questão central foi aos poucos sendo respondida. Quais foram às alterações na produção das representações sobre o ambiente e na maneira de utilização dos recursos naturais sofridos pela comunidade do Bom Jardim durante esses oito de anos de implantação do PARNASI?

No Bom Jardim ambiente e comunidade se misturam, se interligam e se constroem. Nessa construção há a influência de características muito peculiares do município de Itabaiana, importante cidade sergipana, muito referenciada pelo trabalho dos seus munícipes e pela interligação com a serra de Itabaiana. Representação muito evidente não só na imagem geográfica, mas em todo um imaginário construído através de lendas e mitos de suas terras encantadas de ouro, prata e riquezas, e que povoa a memória coletiva contribuindo ainda hoje para o desenvolvimento socioeconômico local, embora carregue também as marcas de um contexto político marcado por relações de dominação e deformações do “coronelismo”⁵⁶, itabaianense.

Não obstante, a Serra de Itabaiana ainda representa para o Bom Jardim a exuberância da grandeza divina, exposta em seus recursos naturais, fonte principalmente de água, mas de solo muito fértil e guardião dos mais profundos símbolos da religiosidade cristã da região. O cruzeiro no alto da serra lembra a comunidade que existe algo superior ao parco conhecimento humano e é quem controla os desígnios naturais.

Não adianta o homem no jornal garantir que o dia será de muita chuva. Descrente dessa concepção humana, o agricultor do Bom Jardim sai de casa munido de enxada e garrafa com água, e se alegra quando não vê sinal de chuva, indício que o homem ainda não tomou o lugar de Deus. Os valores religiosos ainda constituem uma das principais referências comuns e essa forte influência na agricultura é vista a todo o momento.

⁵⁶ Utilizou-se o termo coronelismo, embora se saiba que este foi um fenômeno tipicamente do sertão, o que não é o caso de Itabaiana, localizada no agreste. O que se vê aqui são resquícios de uma forma de dominação política assimétrica, personalística, violenta e com base em favores e tendo o voto como moeda de troca. Essas características assemelham-se às do fenômeno “Coronelismo”. Porém a grande diferença é que em Itabaiana o poder era centrado na mão de comerciantes e não de fazendeiros como o caso do sertão.

As adversidades da vida comunitária jamais foram empecilhos para continuar na labuta diária, aliás, parecem funcionar de forma contrária, como combustível para melhorar as condutas terrenas. É uma relação de extrema confiança, submissão e dádiva que perpassa os limites da capela e paira por toda esfera local.

A pesquisa permitiu verificar que a implementação do Parque Nacional Serra de Itabaiana não alterou a relação da comunidade com o ambiente e com as representações que a comunidade tem desse ambiente. Ou seja, a Serra de Itabaiana continua sendo relevante na composição do modo de vida da comunidade. É certo que não se transferiu automaticamente a representação que se tem da serra para o Parque criado, uma vez que não se tem a ideia de que o Parque foi criado, justamente, devido à necessidade de resguardar a diversidade ecológica também ameaçada pelo uso que o Bom Jardim faz dos recursos naturais, principalmente da água.

Para a comunidade do Bom Jardim o Parque Nacional é algo externo, uma representação do investimento que o Estado iria fazer para que as populações da cidade se divirtam na localidade onde caberia apenas aos comunitários, incrementar a renda familiar mensal com a inserção de atrações turísticas no Bom Jardim. Contudo, embora não visualizado pelas comunidades do entorno pairava outros interesses alimentados por relações de poder e dominação na implementação do PARNASI, como bem analisa Diaz Morales (2011) em estudo anterior.

Não obstante, pouco se absorveu pelas comunidades do processo que transformou a Serra em Parque. Durante o processo de institucionalização, a participação do Bom Jardim não aconteceu efetivamente, no máximo uma pequena presença de alguns moradores em palestras, reunião e audiência pública, mas sem expressão no processo decisório. Não raro, há uma confusão generalizada nas formas de definir o Parque pelos comunitários: ora é o parque ecológico, ora parque dos falcões, Parque do IBAMA, enfim, uma série de nomenclaturas que não se aproxima da categoria de unidade de conservação criada.

Essa confusão aliada às frustrações do não funcionamento do Parque como grande empreendimento turístico, também causam desentendimento sobre a delimitação, o intuito de preservação ambiental e sobre as punições previstas.

As amarras políticas e o jogo de interesses e dominação ainda pairam sobre o ambiente, permitindo o entendimento da comunidade de que para os grandes proprietários de terras e abastados financeiramente a legislação ambiental é branda, permitindo inclusive a exploração dos recursos naturais com licença ambiental, enquanto para os demais

desprivilegiados socialmente, a margem do todo o processo de regulação do PARNASI, quando as fiscalizações ocorrem são punidos severamente.

Enquanto não há cercas, fiscalizações regulares, nem a aproximação real entre a gestão do PARNASI com a comunidade, são as malhadas que asseguram a sobrevivência familiar no Bom Jardim, embora, os atores sociais que estão “entre a malhada e o parque” não são visualizados no âmbito das políticas públicas ambientais.

Assim, o cultivo das malhadas em sua dinâmica simples e cotidiana segue sem despertar grande interesse, inclusive, como fundamento de uma alteração socioambiental relevante. A importância desse trabalho científico, portanto, não se encerra nas conclusões obtidas neste percurso, mas pela possibilidade de aprofundamento em trabalhos posteriores, científicos ou até mesmo inserido em planos de políticas públicas ambientais.

A compreensão entre ambiente e sociedade posta nas discussões atuais sobre áreas protegidas no Brasil, deve ser revista principalmente no tocante à construção dos instrumentos de gestão, como o plano de manejo das unidades de conservação de uso integral. Ressalta-se a necessidade de análises mais próximas da realidade local, contudo, sem essencializar os sujeitos em tipos sociais que devem permanecer sempre como foram no passado. Portanto, ambiente e sociedade devem se tocar em um ponto *inter* em uma configuração atual de vida social.

REFERÊNCIAS

- ADEMA – Administração Estadual do Meio Ambiente. **Avaliação Dos Recursos Naturais Renováveis das Micro Bacias Coqueiro, Ribeira, Pau-Grande, Água-Fria, Poxim e Pitanga**. Aracaju, 1985.
- ACSELRAD, H. **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Damara, 2004.
- BEAUD, Stéphane; WEBER, Florence. **Guia para a pesquisa de campo** : produzir e analisar dados etnográficos; tradução de Sérgio Joaquim de Almeida ; revisão da tradução de Henrique Caetano Nardi. Petropolis, RJ : Vozes, 2007.
- BISPO, José de Almeida. **Itabaiana, nosso lugar**: quatro séculos depois. Aracaju: Infographics, 2013.
- BOTELLI, A. A. K. **O uso de plantas medicinais na comunidade do entorno do Parque Nacional Serra de Itabaiana**: a (des/re) construção do saber tradicional. 2010. 114f. Tese (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2010.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz, 11ª ed. Rio de Janeiro, RJ : Bertrand Brasil, 2007.
- CANCLINI, Néstor García. **Diferentes, desiguais e desconectados**: mapas da interculturalidade. Tradução Luiz Sérgio Henriques. 3 ed. Rio de Janeiro : Editora UFRJ, 2009.
- _____. **A Globalização imaginada**. Tradução Sérgio Molina, São Paulo: Iluminuras, 2003.
- _____. **Culturas híbridas**: estratégias para entrar e sair da modernidade. Edusp, 2000.
- _____. **As culturas populares no capitalismo**. Tradução de Cláudio Novaes Pinto Coelho, São Paulo: Brasiliense, 1983.
- CARVALHO, de M.D; COSTA, J.E. **A questão da centralidade urbana em Itabaiana/SE**: uma abordagem preliminar. Revista Scientia Plena. Vol.5. Núm 9, 2009.
- CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. Tradução de Klaus BrandiniGerhardt, 2ª Ed. São Paulo : Paz e Terra, 2000.
- CIFUENTES, M. et al. **Mediação da efetividade do manejo de áreas protegidas**. Turrialba:CC,R,WWF,UICN,GTZ, 2000.

CUCHE, Denys. **O Conceito de Cultura nas Ciências Sociais**. Tradução de Viviane Ribeiro. 2 ed. Bauru: EDUSC, 2002.

DANTAS, Ibarê. **Coronelismo e dominação**. Aracaju: Universidade Federal de Sergipe, PROEX/CECAC/Programa editorial, 1987.

DANTAS, Túlio Vinicius Paes. **Parque Nacional Serra de Itabaiana: caracterização, estrutura e conservação da vegetação**. Dissertação de mestrado apresentada ao Núcleo de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio ambiente. PRODEMA/UFS, 2008.

DÍAZ MORALES, Sheyla Pink. **Conflitos ambientais em unidade de conservação: uma abordagem sobre as de poder na institucionalização do Parque Nacional Serra de Itabaiana/SE - Brasil** ; Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) - Universidade Federal de Sergipe, 2011.

DIEGUES, Antônio Carlos; MOREIRA, André de C. **Espaços e recursos naturais de uso comum**. São Paulo: NUPAUB, 2001

DIEGUES, Antonio Carlos. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: editora Hucitec, 1996.

_____. **As áreas naturais protegidas: o mito do paraíso desabitado**. XVIII Encontro Anual da ANPOCS. Caxambú- MG. 1995.

_____. **As áreas naturais protegidas: o mito do paraíso desabitado**. XVIII Encontro Anual da ANPOCS. Caxambú- MG. 1994.

EAGLETON, T. **A ideia de cultura**. São Paulo: editora Unesp, 2011.

ENNES, Marcelo Alário. **Perseguindo a identidade**. Revista Scientia Plena. vol. 3, num. 5, 2007.

ENNES et all. **“Arrancar Inhame”: Entre a Ilegalidade e a Resistência**. Revista Scientia Plena vol. 5, num. 11. 2009.

FIGUEIREDO, Carla Taciane. **Modernidade e exclusão em áreas ambientalmente protegidas: olarias e cerâmicas no entorno do Parque Nacional da Serra de Itabaiana – SE**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) - Universidade Federal de Sergipe, 2011.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Tradução de Fanny Wrobel, Rio de Janeiro : Zahar, 1978.

GIDDENS, Anthony. **Modernidade e identidade**. Tradução Plínio Dentzien. Rio de Janeiro Jorge Zahar 2002.

_____. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

_____. **Mundo em descontrole**. 6 ed. Rio de Janeiro: Record, 2007.

GERHARDT, Cleyton. **A invisibilização do outro nos discursos científicos sobre áreas naturais protegidas**: uma análise comparativa. Anais do XVIII Congresso Brasileiro de Sociologia. Recife. UFPE, 2007.

HALL, Stuart. **Identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

_____. **Da diáspora**: identidades e mediações culturais. Organização de Liv Sovik, Belo Horizonte : Editora UFMG, 2003.

HANNIGAN, John A. **Sociologia ambiental**: a formação de uma perspectiva social. Lisboa : Instituto Piaget, 1995.

IBAMA.**Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis**. Centro Nacional de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais – PREVFOGO Superintendência Estadual em Sergipe – SUPES/SE. 2006.

LEFF, Enrique. **Epistemologia ambiental**. tradução de Sandra Valenzuela, 5ª Ed. São Paulo, SP : Cortez, 2010.

LENZI, Cristiano Luis. **Sociologia ambiental**: risco e sustentabilidade na modernidade. Bauru, São Paulo: Edusc, 2006.

LITTLE, Paul E. (Org). **Políticas ambientais no Brasil**: análise, instrumentos e experiências. Brasília, DF : IIEB, 2003.

LOPES, Eliano Sérgio Azevedo et al. **Impactos do Pronaf B nos municípios de São Cristóvão e Itabaiana, estado de Sergipe:para além da dimensão econômica**. UFRN/IICA/NEAD/FUNTEC, 2007.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Argonautas do Pacífico Ocidental**: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné melanésia. 2ª Ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MARTINS, José de Souza. **Sociologia da fotografia e da imagem**. São Paulo: Contexto, 2008.

MENDONÇA, Manoel Messias de; ENNES, Marcelo Alário. Questão ambiental, estratificação social e relações de poder: olarias e cerâmicas no povoado Rio das Pedras-Itabaiana/SE. In: **Perspectivas da sustentabilidade**. São Cristóvão: Editora UFS, 2012.

MENEZES, L. C. de. **Uso sustentável da Serra de Itabaiana**: preservação ou ecoturismo?. São Cristóvão, 2004. 192 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) - Núcleo de pós-graduação e Estudos do semiárido. Programa Regional de pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal de Sergipe. Documento sergipano.

MORIN, Edgar. **O enigma do homem**: para uma nova antropologia. Tradução de Fernando de Castro Ferro, Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

PAIS, José Machado. **Paradigmas sociológicos na análise da vida cotidiana**. Revista Análise Social, vol. XXII (90), 1986.

PECCATIELLO, A. F. O. **Políticas públicas ambientais no Brasil**: da administração dos recursos naturais (1930) à criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (2000). Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente, n. 24, p. 71-82, jul./dez. 2011. Editora UFPR.

RICHARDSON, Roberto Jarry et al. **Pesquisa social** : métodos e técnicas. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 1999.

ROCHA, A. L. C. ; ECKERT, Cornelia. **Etnografia**: saberes e práticas. Iluminuras: Porto Alegre), v. 31, p. 1, 2008.

SABOURIN, Eric. **Camponeses do Brasil**: entre a troca mercantil e a reciprocidade. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SANTANA, V. B. **Serra de Itabaiana: Das Brumas do Imaginário à Cerca Invisível**. São Cristóvão, 2002. 122 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) - Núcleo de pós-graduação e Estudos do semi-árido. Programa Regional de pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal de Sergipe. Documento sergipano, 2002.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. 4ª Ed, Rio de Janeiro: Garamond, 2000.

SANTOS, Milton. **Por uma outra Globalização** : do pensamento único à consciência universal. 19ª Ed. Rio de Janeiro, RJ : Record, 2010.

SNUC - SISTEMA NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO: lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000.